



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LARISSA MARTINS BUONO

**O BOSQUE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
(LONDRINA/PR 1950-2010):
RESSIGNIFICAÇÕES E DIVERSIDADE URBANA**

Londrina
2019

LARISSA MARTINS BUONO

**O BOSQUE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
(LONDRINA/PR 1950-2010):
RESSIGNIFICAÇÕES E DIVERSIDADE URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social (Linha: Práticas Culturais, Memória e Imagem).

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez.

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

B944o Buono, Larissa Martins.
O bosque Marechal Cândido Rondon (Londrina/PR 1950-2010) :
ressignificações e diversidade urbana / Larissa Martins Buono. - Londrina,
2019.
71 f. : il.

Orientador: Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em História Social, 2019.
Inclui bibliografia.

1. História de Londrina - Tese. 2. Bosque Marechal Cândido Rondon - Tese. 3.
Museu de cidade - Tese. 4. Planejamento urbano - Tese. I. Martinez, Cláudia
Eliane Parreiras Marques. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras
e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

LARISSA MARTINS BUONO

**O BOSQUE MARECHAL CÂNDIDO RONDON (LONDRINA/PR 1950-
2010):**

RESSIGNIFICAÇÕES E DIVERSIDADE URBANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social (Linha: Práticas Culturais, Memória e Imagem).

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane
Parreiras Marques Martinez
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Gilmar Urruda
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Paulo César Boni
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 20 de agosto de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que me marcaram e influenciaram na busca pelo conhecimento e que, continuamente me ajudam. Pessoas que estão presente na minha vida de modos distintos e que tem parcela significativa ao entendimento de que podemos sempre ser profesionias e pessoas melhores.

Agradeço à minha orientadora por compartilhar sua sabedoria ao qual admiro, suas recomendações e paciência durante o desenvolvimento desta pesquisa e desta pesquisadora, seus conselhos acadêmicos e outras lições para a vida. Minha admiração e gratidão.

Aos professores que me auxiliaram na banca de qualificação e defesa, meus sinceros agradecimentos por cada crítica construtiva. Agradeço também os funcionários do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss por me receberem, disponibilizarem as fontes das quais precisei, além das gentis e interessadas trocas afim de tantos esclarecimentos. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) e a todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História Social, desde a importância do ensino ao funcionamento burocrático para que tudo aconteça. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agência que fomentou parte deste trabalho.

À minha família por tanto auxílio e compreensão- em toda as esferas da vida-, que em razão e emoção me acompanharam.

BUONO, Larissa Martins. **O Bosque Marechal Cândido Rondon (Londrina/PR 1950-2010):** ressignificações e diversidade urbana. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Esta dissertação analisa as ressignificações sobre o Bosque Marechal Cândido Rondon, localizado no centro da cidade de Londrina (PR), entre 1950 e 2010. Parte do pressuposto que as atuações das gestões públicas do município, diante das concepções de Urbanização estabelecidas na cidade, modificaram as relações dos cidadãos com a área de lazer. Esta hipótese procede da investigação, enfatizando dois momentos de alterações da área: na realização do primeiro projeto de urbanização de Londrina, nos anos de 1950, e dos anos em que o Bosque abrigou o Terminal Urbano de Londrina (1971 até 1988). Do acervo do Museu Histórico de Londrina, dispusemos de fotografias realizadas durante as obras de urbanização na área em questão e distintos documentos que compusesse uma narrativa historiográfica em que se justificasse a associação do espaço de lazer ao problema urbano. Para os aspectos de sociabilidades vividos naquele microssocial, utilizamos como fundamentação teórica a micro-história. Teoricamente, compreende-se ser um museu de cidade a matéria-prima de um acervo que opera em constante e heterogêneo significado, fundamentada na noção de ser, a cidade, objeto na condição de organismo vivo numa relação intrínseca com seus habitantes. Demonstrou-se que, para a manutenção e preservação do Bosque, enquanto um museu de cidade é preciso entendê-lo também como uma alavanca na inserção de cultura para o habitante e sobrevida das cidades. Para isto, ações geradoras de diversidades de usos dos espaços públicos nas cidades devam ser adotadas às áreas públicas urbanas.

Palavras-chave: História de Londrina. Bosque Marechal Cândido Rondon. Cultura urbana. Museu de cidade. Planejamento urbano.

BUONO, Larissa Martins. **The Bosque Marechal Cândido Rondon (Londrina/PR 1950-2010): resignifications and urban diversity.** 2019. 71 p. Dissertation (Master's degree in History Social) – State University of Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This work analyses the resignifications of the Bosque Marechal Cândido Rondon, in the center of Londrina (PR), between the years 1950 and 2010. It is based on the conjecture that the actions of the public management of the city with Urbanization conceptions established in the city, changed the relations between the citizens and that leisure area. This hypothesis comes from investigation, with a bigger focus on two moments that altered the area: the first urbanization project of Londrina, in the 1950s, and the years in which the woodland housed the Urban Bus Station of Londrina (1971 to 1988). From the collection of the Historical Museum of Londrina, we arranged photographs taken during the urbanization works in question and, distinct documents that formed a historiographic narrative that justifies the association of the leisure space as an urban problem. For the sociability aspects lived in that microsocial, we utilize as a theoretical foundation the micro-history. Theoretically, is understood that being, a city museum, is the raw material of a collection that acts in constant and heterogeneous meaning, based on the notion of city as an object on the condition of a living organism in an intrinsic relation with its inhabitants. It was shown that to maintain and preserve the woodland as a city museum, it is needed to also understand it as a lever of cultural insertion for the inhabitants and survival of the cities. To achieve this, actions focusing in diversifying the usages of the public spaces in the cities must be adopted in urban planning.

Key Words: History of Londrina. Bosque Marechal Cândido Rondon. Urban Culture. City Museum. Urban Planning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – População da cidade de Londrina (1950-1970).....	20
Figura 2 – Bosque na área central de Londrina antes da execução de obras de urbanização, anos de 1950	35
Figura 3 – Bosque na área central de Londrina, anos de 1950.....	35
Figura 4 – Bosque na área central de Londrina. Início da execução do projeto de urbanização	37
Figura 5 – Bosque na área central. Execução do projeto de urbanização	38
Figura 6 – Bosque na área central. Realização das obras de urbanização	39
Figura 7 – Bosque na área central de Londrina. Cotidiano	40
Figura 8 – Bosque revitalizado. Usos/lazer	41
Figura 9 – Bosque na área central de Londrina. Cotidiano após execução das obras.....	42
Figura 10 – Revitalização do bosque. Fim de obra	43
Figura 11 – “Ronda pela cidade”	48
Figura 12 – “O bosque, um pulmão sendo asfixiado”	49
Figura 13 – “O bosque, cada vez mais violentado”	50
Figura 14 – “Áreas públicas de Londrina estão abandonadas”	52
Figura 15 – “Insegurança assusta usuários e vizinhos”	53
Figura 16 – “Revitalização do bosque”	54

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
BMCR	Bosque Marechal Cândido Rondon
CEPHA	Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização
COHAB	Companhia de Habitação de Londrina
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DOP	Departamento de Obras e Planejamento
EIV	Estudo de Impacto da Vizinhança
FEL	Fundação de Esportes de Londrina
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IPAC	Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
MHL	Museu Histórico de Londrina
PR	Paraná
PROMIC	Programa Municipal de Incentivo à Cultura
SEMA	Secretaria Municipal do Ambiente
TCGL	Transporte Coletivo Grande Londrina
VUL	Viação Urbana Londrinense
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PLANEJAMENTO URBANO: A CIDADE EM PROVIDÊNCIAS	16
1.1 COLEÇÃO PML	26
1.1.1 Oswaldo Leite.....	31
2 BOSQUE MARECHAL CÂNDIDO RONDON: MEMÓRIAS DO LAZER	34
3 DE ÁREA DE LAZER A PROBLEMA URBANO DE COMPLEXIDADE ORGANIZADA	46
3.1 CULTURA URBANA: GERADORA DE DIVERSIDADE	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
ANEXO	70
ANEXO A – “Bosque”, de Walter Ney.....	71

INTRODUÇÃO

O Bosque Marechal Cândido Rondon (BMCR), em seu princípio – ano de 1932, foi delimitado por iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná¹ (CTNP), a fim de se delimitar uma área de mata nativa no local que viria a ser o centro da cidade de Londrina (PR). O “*jardin*” foi nomeado Bosque Marechal Cândido Rondon², em 1958, quando este se encontrava rodeado pela Igreja Matriz, o Paço Municipal, estabelecimentos comerciais, residências e outras instituições financeiras de uma cidade em plena construção. O local, que possui cerca de 20mil m², compõe a paisagem do centro histórico de Londrina. Ao longo de sua existência, o Bosque passou por inúmeras intervenções, incluindo mudanças na composição vegetativa e estrutura física que, junto com as transformações do cenário urbano, foram sendo apropriadas de diversas maneiras por seus usuários.

Nesse espaço conhecido como Bosque, a primeira grande modificação ocorreu na década de 1950, quando foi implementado na cidade o primeiro projeto de urbanização. Pautado nos saberes da ciência do Urbanismo, esboçava um planejamento para uma Londrina em acelerada expansão populacional e territorial. Outras intervenções foram praticadas nas décadas posteriores, com destaque para as décadas de 1970 e 1980 (anos em que o BMCR abrigou o terminal de transporte coletivo de Londrina). Posteriormente, com a transferência do terminal urbano para outro local, novas intervenções ocorreram e, a partir de então, a sociedade civil e instâncias governamentais passaram a entrar em disputa pelos usos do espaço público. Atualmente, o Bosque é definido como Área de Preservação Permanente (APP), conforme instituído pela Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA).

¹ Empresa de capital britânico subsidiária da Paraná *Plantations Syndicate*, com sede em Londres, que, através do apoio do governo brasileiro, em fins dos anos de 1920, foi responsável pelo loteamento e vendas das terras da região onde se encontra Londrina (PR) e mais tarde de outras cidades fundadas no Norte paranaense. São inúmeras pesquisas sobre a historiografia de Londrina e, conseqüentemente, sobre a (re)colonização da Cia. de Terras. Mais adiante, apresentaremos algumas destas pesquisas.

² Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu no Mato Grosso, no ano de 1865, sendo de descendência indígena por linhagem materna. Teve vasta atuação militar no país e recebeu inúmeras homenagens, tanto no Brasil quanto no exterior, por seu trabalho como sertanista e em proteção ao índio. O Congresso Nacional concedeu-lhe as honras do marechalato em 1955. Veio a falecer em 1958, ano em que o bosque foi batizado de BMCR (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

Ao longo de todo esse período, o Bosque foi entendido por espaço de sociabilidades, no entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, foi visto também como “problema urbano”.

O objetivo central da presente dissertação se configura na busca por discutir sobre os usos e ressignificações do Bosque pelos habitantes, para isso, daremos enfoque às suas transformações em dois momentos: o primeiro a partir da implementação do primeiro plano de urbanismo (década de 1950) e o segundo no tempo em que o Bosque havia abrigado o terminal de transporte coletivo da cidade (1971-1988)³. Embora estejamos apresentando uma cronologia entre os anos 1950 e 2010, o momento histórico que privilegiamos é concernente aos dois momentos que acabamos de mencionar. Por meio de explanações sobre parte da história da cidade de Londrina e da sua história de urbanização, especificamente, problematizaremos os modos como se deram as relações de uso da área pública e suas gestões, tendo em vista a área de lazer ter herdado um estigma de local sublime, mas que passou a “problema urbano” - motivo pelo qual teria deixado de ser “melhor” frequentado. Buscamos elucidar alguns aspectos da urbanização no espaço de lazer que é o Bosque, apresentar as mudanças de comportamento dos usuários diante destas medidas, bem como problematizar a questão da insegurança urbana da localidade e frequências de uso.

Para atingirmos os objetivos propostos será feito um diálogo entre as fontes primárias e secundárias desta dissertação com base na fundamentação teórico-metodológica. Como fonte primária apresentaremos fotografias do BMCR, realizadas durante a execução da urbanização de Londrina nos anos de 1950. Tais documentos compõem parte do acervo do Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss” e se encontram dispostas na coleção “Prefeitura Municipal de Londrina”. Conforme veremos adiante, os registros foram feitos pelo servidor municipal Sr. Oswaldo Leite, durante sua atuação como fiscal das obras. Posteriormente foram alocados na sede da PML até o ano de 1990, quando foram cedidos ao MHL. São 77 imagens inventariadas e catalogadas em pasta digital denominada “Verde Urbano” (MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA, [195-]).

³ Desde 1978, a empresa que presta este serviço é a Transporte Coletivo Grande Londrina (TCGL). O mesmo grupo de proprietários já vinha atuando, a partir de 1958, com o nome Viação Urbana Londrinense. A criação da empresa dos Irmãos Lopes fora estimulada, naquele momento, pelo Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho visando substituir a, então falida, Viação Urbana da Fattori, Simone & Lyra, que atuava, desde 1940, na cidade de Londrina (SGARIONI, 2019).

Considera-se que a fonte histórica, no caso específico, a coleção, não carrega uma verdade absoluta, mas sua representação não a destitui de fonte histórica. Para as representações de tais fontes imagéticas são necessárias interpretação iconográfica e iconológica (KOSSOY 1989 apud ANDRÉ, 2014). Primeiro, desmonta-se seus elementos de composição do olhar inicial de representação, objetos, pessoas, espaço, além das técnicas utilizadas na fotografia e também o contexto histórico de sua produção. No segundo momento, a análise iconográfica é posta em diálogo com a análise iconológica de identificação dos detalhes. (ANDRÉ, 2014, p. 26-37). O objeto fotográfico é a representação de uma realidade que, situado metrologicamente e historiograficamente, atesta uma nova representação ao observador - que o faz com rigor.

No diálogo com estas fontes, poderemos traçar um perfil da cultura urbana de Londrina naquele micro espaço que compõe a cidade em si, conjuntamente com a outra fonte que se trata da Lei municipal nº.133 de 1951. Providenciado sob consultoria do engenheiro, arquiteto e ex-prefeito de São Paulo, Francisco Prestes Maia (exercício de 1938-1945), seu conteúdo dispõe sobre “Arruamentos, zoneamentos, loteamentos e outras providências” (LONDRINA, 1952).

Para este confronto, na intenção de identificarmos as transformações de usos e funções do bosque, além destas fontes primárias, contamos com mapas oficiais do município, dissertações, teses e outros dados de instituições públicas de Londrina. Os jornais da cidade de Londrina também compõem o corpo da investigação, escolha esta que se deu por integrarem o mesmo acervo das fotografias e para situar pontos de debate em torno do Bosque. Dentre a catalogação disponível no MHL, foram localizadas 78 reportagens a respeito do Bosque datadas desde 1940 até o tempo presente. Visto que as reportagens são complementares à historiografia específica do Bosque, as mesmas, portanto, podem ser encaradas como fontes históricas de informação de material preservado e catalogado no MHL.

Esta trilha que fazemos sobre o bosque Marechal Cândido Rondon compõe não só parte da historiografia local, mas apresenta um método de redução de escala para análises do espaço público urbano, que permite fomentar reflexões sobre cultura urbana como um todo: sobre os comportamentos dos cidadãos e o mover das cidades. O “local” se refere aqui a uma cultura ou uma política local, a uma singularidade regional, uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire

conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano” (BARROS, 2009, p. 5).

Apoiamo-nos no conceito de “museu de cidade” (MENESES, 1985, 2004), que é visto e entendido também por nós como uma alavanca na inserção de cultura para o habitante da cidade em questão. As práticas dos habitantes dão forma ao espaço, assim como dão sentido, definição e direção ao agir humano. Visto que a cidade se configura como um objeto infinitamente mais amplo que qualquer acervo que a referencie, “ela própria deve ser mobilizada, na sua condição de organismo empírico, vivo e histórico” (MENESES, 2004, p. 258).

Nossa abordagem emprega o uso da micro-história ou microanálise (BARROS, 2009; LEPETIT, 1998; REVEL, 1998). “Um saber sobre o todo passa por um saber prévio sobre as partes” (LEPETIT, 1998, p. 93), de modo que ao fazermos a redução de escala de observação do bosque não extraímos dados dele em si, mas, por meio dele, tecemos considerações de seus significados na cidade,

[A abordagem micro histórica] [...] afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e que pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável) (REVEL, 1998, p.20).

As relações que estabelecemos na cidade perpassam delimitações físicas.

Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. [...] São espaços urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, a até o tipo de roupa e adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade. Também são espaço urbano, e não menos visual por serem mnemônico-imaginárias, as extensões da influência da cidade além de seus limites: a zona rural, de onde chegam os mantimentos para o mercado da praça, e onde o cidadão tem suas casas e suas propriedades, os bosques onde ele vai caçar, o lago ou os rios onde vai pescar; e onde os religiosos têm seus mosteiros, e os militares suas guarnições.[...]. (ARGAN, 1998, p. 43).

Esta dissertação, que de um lado abarca uma parte da história de Londrina, também esboça a cultura urbana na escala de observação que se faz (microanálise). Tendo nascido nesta cidade e frequentado o Bosque desde a década de 1980, poderia dizer que venho constatando uma pluralidade cultural no local. É este Bosque que venho observando na minha esfera privada e que me leva, como historiadora, a indagar como se iniciaram os impactos negativos na realidade dos próprios atores sociais. Ainda porque são os mesmos que consagram o caráter de patrimônio cultural por meio das memórias representativas de suas próprias identidades.

“Memória e cotidiano do Bosque” (ADUM; ALMEIDA, 2007) foi escrito a partir dos resultados de pesquisa de extensão universitária de campo multidisciplinar intitulada “Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina” (IPAC). “Percebe-se [...] que apesar de o Bosque ser vivenciado de formas diferentes e em momentos diferente, ele sempre apareceu como um espaço de lazer privilegiado no centro da cidade”. (ADUM; ALMEIDA, 2007, p. 57).

O Bosque, no passado, era considerado como opção de lazer importante, principalmente em virtude dos laços de sociabilidade e do imaginário existentes em torno da idéia de ‘comunidade’, cujas características principais são as relações mais diretas, interpessoais, duradouras e afetivas. Atualmente prevalece nas interpretações um imaginário de modernidade [...]. No mundo ‘moderno’ as formas de lazer, frequentemente vinculadas à tecnologia e ao afrouxamento dos valores morais, fazem que os jovens não consigam compreender os significados e a importância do Bosque enquanto espaço a ser compartilhado e vivenciado em ‘comunidade’[...] (ADUM; ALMEIDA, 2007, p.59-61).

Dentre o campo de investigações para uma historiografia do Bosque, salientamos então o fato de compor uma área verde e pública na malha urbana que “[possui] caráter de patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade de Londrina [...]” (FROZONI, 2010, p.85). Ainda segundo Frozoni, embora hoje esteja bastante deteriorado, ele não foi esquecido e tem grande importância para a cidade por ter sua história traçada conjuntamente com a municipalização do local, estando no imaginário da população (FROZONI, 2010, p. 85).

O BMCR [...] representa um patrimônio por toda a sua história e significação para os moradores. Ele se fez presente nas principais discussões da cidade, durante todos estes anos. Foi palco de

manifestações políticas, festas e piqueniques; presenciou o crescimento da cidade, abrigando um terminal de ônibus em seu interior, e hoje, ainda está presente nas discussões dos principais problemas que afetam a cidade: a falta de segurança e a degradação urbana, além do problema da superlotação das pombas que tem comprometido o ar da área central. [...]. (FROZONI, 2010, p. 86).

Assim, abordamos a variação da escala do bosque, conjuntamente com o macro fenômeno da urbanização complexa e dinâmica das cidades brasileiras. Uma vez que, nosso objeto, dentro da perspectiva da microanálise abarque um “pequeno” espaço delimitado, fazemos uma descrição densa na construção do objeto : “[...] dependendo da escala, mudamos também a ‘óptica’ e o nível de informação, mas nada indica que os fenômenos e as estruturas mudam se o olhar sobre eles se modifica” (LEPETIT, 2008, p. 89).

No primeiro capítulo, abordamos a formação inicial da cidade de Londrina (PR), de modo a situarmos as origens do Bosque Marechal Cândido Rondon e levantarmos os processos históricos que levaram ao aumento populacional e urbano da cidade. Para isso, abordamos a conjuntura de um macrossocial e sua bandeira da modernidade e do progresso onde são gestados os crescentes saberes da ciência do Urbanismo – que teve sua aplicabilidade na realidade da cidade de Londrina. A partir da construção do espaço urbano, levantamos o plano de urbanização de Londrina, sob a Lei nº. 133/51, no que tange às esferas de áreas públicas no centro da cidade.

Desta movimentação urbana, por meio das fontes, chegamos às representações de usos do Bosque na década de 1950 e apresentamos a coleção PML apontando como se deu a produção das imagens por Oswaldo Leite até elas comporem o acervo do MHL. A coleção une o Museu ao Bosque, este que, por sua vez, é matéria-prima no acervo cartorial intramuros do “museu de cidade”, o acervo operacional (MENESES, 2004). Adotamos o conceito de Meneses para chegar até o presente vivido apreendendo os usos e significados do Bosque naquele momento.

Assim, no segundo capítulo, chegamos à outra parte do corpo da investigação. Elucidamos aspectos da memória do Bosque pela análise de imagens e respaldo das referências (ALMEIDA; ADUM, 2007; FROZONI, 2010; NEY, 2007). Compreendemos as funções de uso do Bosque pelos cidadãos enquanto espaço de

lazer por meio de sua fruição, conforme objetivos propostos no plano de obra de urbanização de 1951 (posto em prática em 1955).

No capítulo três, abordamos a historiografia sobre as consecutivas intervenções do Bosque até a instalação da Viação Urbana Londrinense (VUL) dentro do BMCR. Nutrimo-nos dos acontecimentos, com informações de jornais e historiografia existente, para elucidarmos hipóteses das ressignificações de uso da área de lazer. Os processos de revitalizações e modificações da estrutura do Bosque são geridos pelo Município junto aos planejadores urbanos. Desde a década de 1970 até fins dos anos 2010, notam-se os mesmos objetivos entre inúmeras tentativas sequenciais em deixar o local melhor e mais seguro para gerar maior atratividade.

As problemáticas que remetem à transformação da área de lazer a “problema urbano” são elucidadas no terceiro capítulo, apoiando-se, então, na micro-história para identificar os sistemas de contextos dos quais se inscrevem os jogos sociais no espaço. Neste momento, nos reportamos ao conceito de Jane Jacobs (2011), uma das pioneiras nas críticas ao funcionalismo do urbanismo, que ela chama de “urbanismo ortodoxo”. Em 1961, partir do seu campo de observação (jovens e dinâmicas cidades norte-americanas que cresceram rapidamente), publica, nos Estados Unidos, um livro que tece críticas aos planejamentos vigentes daquele momento, afirmando

[...] sobre o funcionamento das cidades na prática, porque essa é a única maneira de saber que princípios de planejamento e que iniciativas de reurbanização conseguem promover a vitalidade socioeconômica nas cidades e quais práticas e princípios a inviabilizam. (JACOBS, 2011, p. 1-2).

Uma das principais contribuições que elucidamos da autora são as promoções de ações geradoras de diversidade de usos dos espaços públicos nas cidades e conseqüente superação de alguns dos problemas urbanos. Também em Meneses (2004) refletimos sobre investimento em cultura urbana: um cenário necessário a qualquer sociedade.

1 PLANEJAMENTO URBANO: A CIDADE EM PROVIDÊNCIAS

Sem o ato de pensar sobre o presente vivido, não há meios de construir conhecimento sobre o passado (RAMOS, 2004).

Muitos estudos já foram feitos sobre a cidade de Londrina, sua história e memória, sendo alguns consagrados pela relevância acadêmica da historiografia de Londrina e do Norte do Paraná. O historiador José Miguel de Arias Neto, em “O Eldorado: Londrina e o norte do Paraná (1930-1975)”, estudo de 1993, aborda a representação da cidade sob o ponto de vista político-ideológico promovido a partir do grande negócio da CTNP em torno das Terras da Promissão e do Eldorado cafeeiro. Tomazi (1997), com a tese “Norte do Paraná: história e fantasmagorias”, questiona as memórias, primeiras e oficiais, na ocupação das terras no Norte do Paraná, problematizando sua ocupação e a violência, especialmente, contra os indígenas.

Uma recente publicação de André (2014), produzida a partir da dissertação concluída em 2006, possui um capítulo com detalhado levantamento da manutenção de memórias por meio da historiografia de Londrina entre os anos de 1930-1970. Estratégias eram concebidas pelo discurso da Companhia de Terras a fim de se definirem memórias e identidades da sociedade londrinense, que representavam a classe dominante no poder naquele momento, depois emergiram as ideologias de grupos sociais (ANDRÉ, 2014). André lembra, porém, que:

[...] a partir do final de 1980 e no decorrer dos anos de 1990, pode-se perceber um caráter de revisionismo na historiografia regional, bem como a exploração de territórios do conhecimento até então inexplorados ou silenciados (ANDRÉ, 2014, p. 75).

Cultura, cidadania, cotidiano, progresso, economia, poderes políticos, boemia, prostituição, minorias, policiamento, trabalhadores⁴. São inúmeros os temas que abrangem as esferas das cidades como um todo.

A partir da investigação de uma infinidade de fontes, pesquisadores vêm explorando estes territórios da região Norte do Paraná que teve, em 21 de agosto de 1929, sua primeira demarcação de terras para o estabelecimento da cidade-sede,

⁴ Teses e dissertações se consagraram por enriquecer a historiografia sobre a região. Algumas foram citadas. Além destas, apontamos: (ADUM, 1991); (CASTRO, 1994); (TOMMASINO, 1995); (ROLIM, 1996); (LEME, 2009); (CANDOTI, 1997).

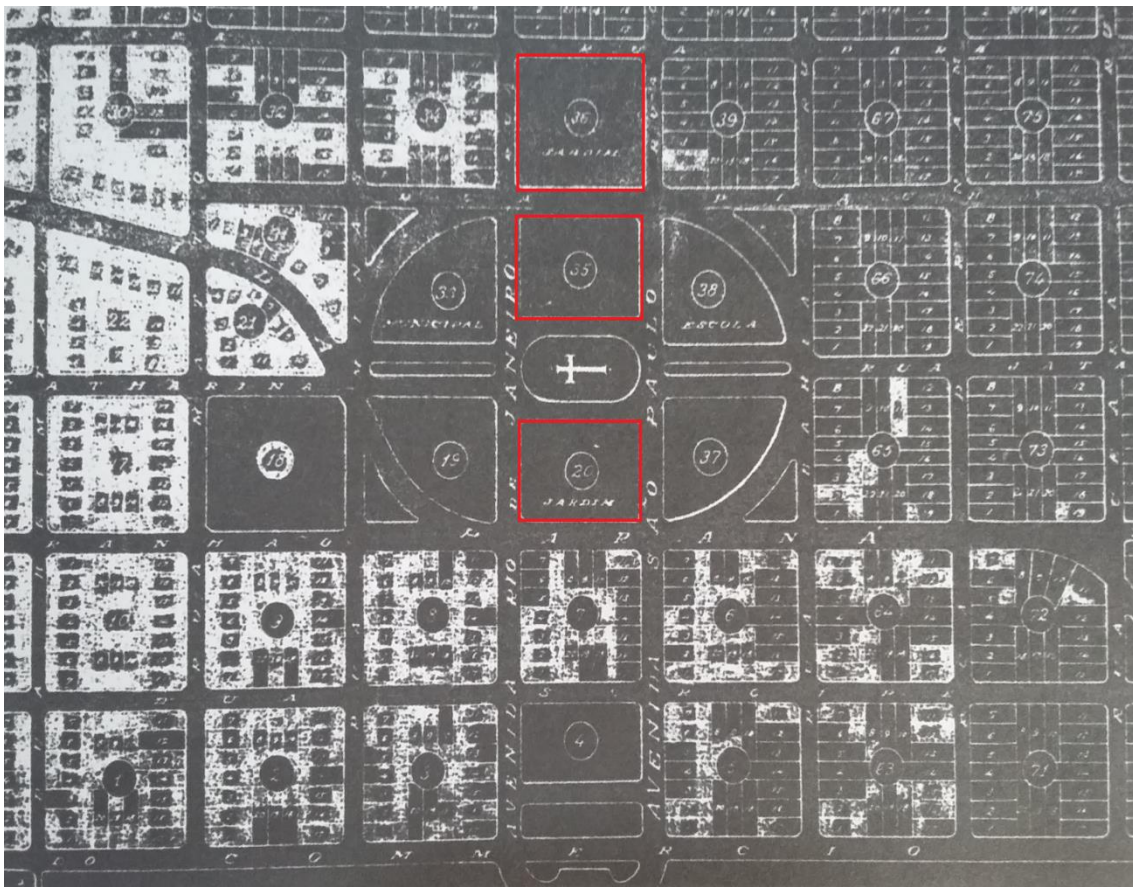
conforme plano colonizador da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A cidade, que teve seu início com a formação do Hotel Campestre, um armazém e a sede da CTNP, recebeu, em 1932, sugerido pelo então Presidente da companhia Dr. João Sampaio, o nome de Londrina, cujo distrito administrativo era Jataí. É decretada como município pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934, durante a cerimônia e posse do primeiro prefeito nomeado⁵, Dr. Joaquim Vicente de Castro. E, em janeiro de 1938, foi instituída a comarca de Londrina.

Nos primeiros mapas da fundação de Londrina notam-se os espaços públicos iniciais da planejada cidade especificados como “*jardín*”. Em sua “Planta Inicial”, de 1932, com autoria do engenheiro Alexandre Rasgulaeff, se definiu o “alto da colina” compreendido por alamedas na frente e fundos da igreja matriz, somados aos jardins nas laterais.

Tendo chegado ao Brasil, em 1929, Rasgulaeff teria trabalhado na medição de terras da região da linha férrea Sorocabana (no estado de São Paulo) e também em loteamentos de bairros da cidade de São Paulo. Com isto, “Rasgulaeff deve ter acompanhado o processo vigoroso da criação de novos bairros da década de 20” (YAMAKI, 2006, p. 10).

⁵A nomeação se deu pelo “regime de exceção” decorrente da revolução de 1930. Castro administrou por cinco meses quando assumiu o Sr. Rosalino Fernandes e depois Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids. Este último foi eleito durante a primeira eleição ao cargo de Prefeito de Londrina, em 12/09/1935, sob a jurisdição da Comarca de Jataí, sendo o único candidato ao cargo.

Mapa 1 – Detalhe da elipse no “Alto”. Planta inicial de Londrina de autoria de Rasgulaeff, 1932.



Fonte: Yamaki (2006).

Na planta de 1932, na área do “alto da colina”, os espaços públicos se delimitam em torno da igreja (representada pela cruz ao centro). Os lotes 20, 35 e 36 são nominados “*jardin*”. Por este mapa e conforme analisou Yamaki, não houve, neste primeiro momento, espaços designados como praças, que só foram assim nominados em 1937, diante de constantes discussões de propostas para a cidade, na PML.

Yamaki (2006), em “Labirintos da memória: paisagens de Londrina”, resgatou o processo de construção de Londrina realizando um levantamento de cartas e mapas. O autor comenta a respeito dos movimentos urbanísticos europeus do início do século XX e da introdução do conceito das “cidades-jardim” (em especial projetos dos urbanistas Ramond Unwin e Barry Parker, que trabalharam em Letchworth Garden City, Inglaterra, considerada o berço desta concepção). Ele explica que tal modelo vinha norteando projetos de cidades e bairros brasileiros, não podendo, no entanto, afirmar que, no caso de Londrina, Rasgulaeff tenha aplicado tais ideias. O

autor supracitado aponta que “[...] é preciso afirmar, que a CTNP não menciona nas suas propagandas, o termo Cidade-Jardim, em voga nos grandes centros mundiais” (YAMAKI, 2006, p. 10).

Refletindo sobre isso e em diálogo com o “Mapa 1”, questiona: “Se estava em voga o traçado sinuoso e o uso fácil do termo cidade bairro-jardim, por que o projetista teria optado por um traçado ortogonal rígido e jamais ter mencionado a palavra cidade-jardim?” (YAMAKI, 2006, p.10).

Yamaki também analisou uma entrevista, de 1972, concedida ao Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”, na qual Rasgulaeff conta que teria enviado à Inglaterra a primeira planta para devida aprovação. Teria sido orientado, pelos responsáveis da empresa britânica, a fazer alterações nas plantas, muitas das quais ele não concordou, como, por exemplo, o estreitamento de ruas. A partir daí, a cidade vai sendo adequada às realidades vividas, às vendas dos lotes, às áreas de comércio, implementações advindas também das autoridades locais.

Paula⁶ (2008), ao fazer um reconhecimento detalhado da cidade Letchworth Garden City, Inglaterra, cidade planejada pelos mesmos urbanistas de seu objeto de pesquisa, o Jardim América da cidade de São Paulo, afirma, entre tantas outras percepções, que “[encontrou] similaridades com as cidades do norte do Paraná, (re)ocupadas pelos ingleses entre 1930 e 1945”. (PAULA, 2008, p.23). Aponta também que, diferentemente de Londrina, cidades do Norte do Paraná, como Maringá e Cianorte, tiveram outro projetista, Sr. Jorge de Macedo Vieira. No entanto, este projetista também já havia trabalhado na Companhia City, na cidade de São Paulo, e vinha idealizando projetos do modelo das chamadas cidades-jardins. Elucidamos que, se, na década de 1930, na cidade Londrina, não havia o uso desta concepção do Urbanismo, mais adiante, ela receberá a implantação do modelo das cidades-jardins, conforme analisaremos.

De qualquer modo, o espaço público (lote 35 e 36 do Mapa 1), localizado na área central da cidade de Londrina (PR), com aproximadamente 20.000m², dito

⁶ Zueleide Casagrande de Paula publicou pesquisa apresentada como tese de doutoramento sobre a história do Jardim América, na cidade de São Paulo, e o uso da concepção de cidade-jardim no Brasil por meio da proposta de urbanização de bairros implementada pela antiga Company City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited e materializada no Jardim América. (PAULA, 2008).

“*jardin*”, veio a receber o nome de Bosque Marechal Cândido Rondon somente em 1958, atribuído pelo prefeito Antônio Fernandes Sobrinho⁷.

A crescente ocupação da cidade tem relação intrínseca com seu desenvolvimento urbano, especialmente com o fortalecimento comercial e agrícola do café, passando a receber grande fluxo de imigrantes e migrantes, em maior escala, nordestinos, paulistas, mineiros e estrangeiros. As décadas de 1940 e 1950 foram período promissor,

[...] muitas empresas paulistas se instalaram na região (alimentícia, armarinhos, atacadistas). O setor industrial limitava-se a ordenar a matéria prima regional (maquinas de café e cereais), mantendo a dependência em relação a outros centros urbanos com maior grau de industrialização. Londrina, já nos anos 50, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Neste período, apresentou considerada expansão urbana em razão da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nesta década a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural. (LONDRINA, 2016).

Neste momento, as autoridades londrinenses enfrentavam os desafios do grande aumento populacional, a saber pela historiografia de Londrina e do Norte do Paraná e dados sobre a inversão demográfica do IBGE:

Figura 1 – População da cidade de Londrina (1950-1970).

ANO	TOTAL POPULAÇÃO	% URBANA	% RURAL	CRESC./ACUMULADO
1950	71.412	46,34	53,66	—o—
1960	134.821	54,96	45,04	8,9
1970	228.832	68,42	31,58	7,0

Fonte: (ASARI; TUMA, 1978, p. 51)

Conforme o “Anuário Estatístico do Brasil - 1939/1940” (IBGE, 1940, p. 98), a situação demográfica de Londrina correspondia a 22.543 habitantes. Já na década seguinte, a população triplicou, chegando a 71.412. Por meio destes dados do IBGE, podemos observar a inversão da porcentagem urbano-rural de 1950 até 1970.

⁷ Entre outras realizações durante sua administração, foram oficializadas a Bandeira, o Hino e escudo no município, a construção da Avenida Paraná (o calçadão), aberturas de estradas em áreas rurais, iniciou-se o encanamento de água potável para os distritos, criação do Departamento de Água e Esgoto.

É certo que, em meados do século XX, se evidenciou o grande aumento populacional e urbano não só em Londrina, mas, de um modo geral, em todo território brasileiro. O início do século XX delineava-se pelas recentes transições de Império à República e vigorosa industrialização, que proporcionou intensa imigração e migração. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil na Primeira República (1889-1930), com predominância italiana até 1905, perdendo para os portugueses após esta data. É de comum acordo os fatores desencadeadores desta imigração: a forte demanda de força de trabalho para as lavouras de café. Os italianos chegaram principalmente no estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul, e, em 1920, 71,4% dos italianos existentes no Brasil já residiam no estado de São Paulo. Este número se justifica pela atração que os subsídios paulistas ofereciam (FAUSTO, 2009, p. 275-281).

Beiguelman (1977, p. 22-38) expõe o papel do Estado brasileiro como subvencionador da entrada de imigrantes que, através de contratos com o governo paulista, provê verbas para imigração europeia por meio da Associação Auxiliadora de Colonização e depois com a Sociedade Promotora de Imigração. É acertado que o Estado de São Paulo esteve à frente de um processo capitalista que aliou indústria, agricultura e urbanização.

A respeito do início da industrialização, Cano (1975), em sua tese “Raízes da concentração industrial em São Paulo”⁸, explica os mecanismos e os principais condicionantes da industrialização para um cenário que estaria intimamente atrelado às imigrações:

A forma pela qual se dá essa primeira fase da industrialização, em estreita interdependência com a expansão do complexo cafeeiro, impõe um período de análise que se inicia em fins do século XIX e termina na recuperação da “crise de 29”, em 1932. Tal periodização se justifica, portanto, pelo fato de ter sido distinta a forma do desenvolvimento industrial anterior à “crise de 1929”, quando há subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro. (CANO, 1975, p. 118).

O crescimento populacional e econômico era justificado pela lavoura e indústria. Enquanto trabalhadores consumidores, formados pelo complexo cafeeiro, esses imigrantes dinamizavam o crescimento do setor de mercado interno,

⁸ Na tese, Wilson Cano faz sistemática análise das indústrias que vigoraram em São Paulo de 1870 até a crise de 1929 (CANO, 1975, p. 265-313).

resultante em fluxo de migração das zonas rurais em direção aos centros. Foi o período histórico desencadeador de grande expansão econômica e física nas cidades agroindustriais.

[...] a introdução em massa de um trabalho que alia o braço a capacidade de consumo fornece o impulso para dinamizar o crescimento dos germes de um setor de mercado interno. Com efeito, estabelecida a corrente imigratória, desenvolve-se o seguinte ciclo: o imigrante, depois de um estágio na fazenda, dirige-se à cidade, tendo em vista as novas oportunidades econômicas decorrentes de uma ampliação de mercado, resultante de sua própria presença na economia, enquanto trabalhador-consumidor [...]. (BEIGUELMAN, 1977, p. 39).

Ou seja, deste surto imigratório houve um giro de propensão à acumulação de capital, derivado da migração das fazendas aos centros urbanos.

Também a capital paulista era “grande centro distribuidor dos produtos importados, o elo entre produção cafeeira e o porto de Santos, e nela se encontravam a sede dos maiores bancos e os principais empregos burocráticos”. (FAUSTO, 2009, p. 284). Por sua vez, a configuração paulista tinha forte ligação com o Norte do Paraná.

A Companhia de Terras Norte do Paraná [...] estava associada a outra companhia inglesa, que geria a Estrada de Ferro de Ourinhos (São Paulo) para noroeste. As duas estavam empenhadas no mesmo negócio, e o progresso da estrada de ferro regulava-se pela venda dos lotes da gleba gigantesca. A estrada de ferro garantia a vinda dos desbravadores, cujo número de ano para ano aumentava. [...] A organização imobiliária não trabalhava só por si mesma, pois contava com a colaboração de uma sociedade de transporte, que, articulada com a rede ferroviária paulista e o porto de Santos, interessava-se, sobretudo pelos produtos clássicos da exportação paulista. Era preciso então facilitar as relações dos sitiantes com o mundo exterior e para isto, organizou-se uma boa rede de estradas. Aproveitando as vantagens que a topografia oferecia, a Companhia de Terras Norte do Paraná abriu no espigão principal, paralelamente ao traçado da estrada de ferro, uma artéria de grande comunicação. A construção dessa estrada sempre precedeu a venda dos lotes e antecedeu de pouco a circulação de trens. [...] aproveitando as ramificações de um lado e de outro da estrada principal, a companhia concebeu e realizou fundações urbanas [...]. Como todos os lotes atingem as linhas de cumiada, todos os sitiantes têm acesso a uma via de comunicação pela parte alta de seus sítios. [...] A circulação no

norte do Paraná é extraordinariamente rápida, praticável em todas as estações e assegura o escoamento rápido das colheitas. (MONBEIG, 1984 apud ARIAS, 1993, p.22-23.)

A partir de uma perspectiva do progresso, mas encoberta pela lógica do capital, a questão pode ser vista no plano colonizado da formação de Londrina. “A ação das companhias privadas faz parte de um movimento geral de ocupação e povoamento do Estado de São Paulo, aquilo que denominou marcha pioneira que termina por transbordar [...] em direção ao Paraná.” (MONBEIG, 1984 apud ARIAS NETO, 1993, p. 23),

A dimensão política da região [Norte do Paraná] foi construída a partir da existência de uma comunhão de interesses existentes entre a CTNP e o governo do Estado do Paraná, o que garantiu à primeira o monopólio político no município de Londrina. Esse monopólio garantiu também a implantação de uma determinada organização espacial rural e urbana, elaborada pelos técnicos da CTNP, cujos pressupostos eram dados pelas noções de ordem e progresso no presente e no futuro, expressadas pela idéia de um plano racional de colonização. (ARIAS NETO, 1993, p. 51)

Desde o advento da República, em 1889, a bandeira da modernização e dos republicanos vinha sendo a do progresso do país, contra os atrasos da monarquia (desigualdades desencadeadas pela centralização do poder). A modernidade passa a introduzir um novo sentido à história “[...] não a partir de algum ponto remoto do passado, mas de algum lugar no futuro. [...]. O passado é, aliás, revisitado e revisto para autorizar originalidade absoluta do futuro. [...]” (SEVCENKO, 2003, p. 228-229). O desenfreado momento técnico-científico durante a Primeira Guerra Mundial possibilitou no pós-guerra os usos da modernidade no dia a dia da vida urbana e industrial, respaldados pela oferta de uma era de igualdades entre os homens. Entre embates e ações, houve transformações no regime político, nas práticas culturais, nas concepções de tempo, de trabalho, na urbanização.

A partir do lema do progresso na modernidade, a urbanização ia sendo delimitada. E como instrumento de ocupação ordenada do espaço físico das

ciudades, o Urbanismo se estabelece como disciplina.⁹ Também, por ser uma ciência nova, coexistia a outros saberes, tais como economia, demografia, medicinas sanitárias, engenharia, artes, história, geografia.

Dentre os principais recortes temáticos da historiografia brasileira nesse período, a urbanização foi tema de grande significância. Sua definição é expressa na *Encyclopedia of Social Science*, conforme lembra Calabi:

[...] ‘o urbanismo (town planning) pode ser definido como a arte de planejar o desenvolvimento físico da comunidade urbana, com o objetivo geral de assegurar as condições de vida e de trabalho e promover o bem público. [...] como ciência o urbanismo pretende descobrir na cidade a verdade sobre as condições econômicas, sociais e físicas. Como arte busca obter um compromisso, econômico, social, nos meios de comunicação, no uso do solo, nas construções e em outras estruturas’. (CALABI, 2000 apud BRESCIANI, 2009, p. 29).

Além da razão e objetividade ofertados pelos saberes técnico (ordenação institucional espacial do território), há, conforme a definição de “urbanismo”, o compromisso, a seguridade para com a comunidade que, por sua vez, cria significações às suas ocupações. A construção de uma zona urbana objetiva assegurar condições de vida para os cidadãos, sendo a “sociabilidade” (LE GOFF, 1998) questão de importância para a cidade, pois é a base para fundação dos espaços públicos.

Assim, para ordenar a vida social na cidade, o Prefeito de Londrina, Dr. Milton Ribeiro Menezes (gestão de 1955-1959) se volta para tomada de medidas devido ao crescimento populacional do município¹⁰. A primeira legislação regulamentadora do solo urbano londrinense foi promulgada na década de 1950: integrantes da Câmara Municipal de Londrina apresentaram o projeto de lei nº 28/51, sancionado e convertido na Lei nº. 133, em 27/12/1951. Segundo o art.81, “As ‘diretrizes’ municipais de zoneamento ligam-se aos planos e esquemas gerais de urbanismo vigentes e as perspectivas de desenvolvimento, visando a melhor organização da cidade [...]” (LONDRINA, 1952).

⁹ Sobre o surgimento e o papel dos urbanistas em formação na cidade de São Paulo, na década de 1930, e as origens desses saberes em ordem mundial, consultar (CARPINTÉRO, 1997). Também como se deu a formação do pensamento urbanístico brasileiro à compreensão do trabalho de Prestes Maia em Londrina, consultar LIMA, 2000.

¹⁰ Entre elas estão a finalização da construção da Rodoviária, da Casa da Criança e instalações do Tiro de Guerra, a construção da Biblioteca Pública Municipal, de praças. Ademais, concentrou-se em obras de saneamento e nos serviços de pavimentação.

Providenciada sob consultoria do ex-prefeito de São Paulo Francisco Prestes Maia (exercício de 1938-1945), engenheiro e arquiteto pela Politécnica de São Paulo, a legislação dispunha sobre “Arruamentos, zoneamentos, loteamentos e outras providências”. (LONDRINA, 1952).

[O engenheiro] Prestes Maia afirmava ser a lei ‘moderna e bastante elástica, inclusive com algumas interdeterminações, apesar de não ter intenção de experiência inédita’ [...] Londrina se transformava, evidenciando preocupações crescentes com a paisagem. (YAMAKI, 2006, p. 32).

No Capítulo III da Lei nº. 133/ 1951, intitulado “Ruas e logradouros”, vê-se a delimitação dos espaços destinados à preservação das belezas naturais. Em se tratando de arruamentos de área iguais ou superiores a 30mil m², no mínimo 20% devia ser destinado às áreas públicas e,

Além destes espaços destinados a via de comunicação, haverá ainda uma proporção para espaços livres (praças, jardins, parques) não inferior a 6% da área total do terreno, na zona urbana; 10% na área suburbana; 12% na área rural adjacente a qualquer das anteriores; e 14% na zona rural, não adjacente, isto é, no caso de criação de povoação nova. (LONDRINA, 1952).

Nas “Determinações Gerais” do Capítulo II [art. 11], os arruamentos e loteamentos deveriam seguir, em sua concepção geral (LONDRINA, 1952):

a) – à legislação municipal, à presente lei e às de zoneamento; b) – ao plano urbanístico geral, e aos esquemas, mesmo parciais, vigentes; c) – às diretrizes fornecidas pela Prefeitura; d) – à adaptação ao terreno, preservação dos acidentes interessantes, belezas naturais, pontos de vista panorâmicos etc.; e) às melhores normas de urbanismo (LONDRINA, 1952).

Nessa conjuntura, a cidade passa a se nutrir das concepções urbanísticas, incluindo as chamadas “cidades-jardins”, conforme art. 16:

Nos grandes arruamentos e na criação dos novos núcleos urbanos, aplicar-se-ão, conforme as circunstâncias, as idéias das unidades residenciais (Neighborhood-unit), cidades-jardins, bairros-jardins, cidades lineares e outras concepções urbanísticas referentes a organização e conjuntos. (LONDRINA, 1952).

Esses esquemas urbanísticos vão sendo delimitados e aplicados como um modelo de funcionamento da cidade. Na construção de uma cidade, a sociedade que a compõe é um produto humano, portanto, um artefato socialmente construído (LE GOFF, 1984). “[...] As práticas que dão forma e função ao espaço, para instituí-lo, então, como artefato, também lhe dão sentido, significações, direção. Práticas e representações são as duas faces inextricáveis da vida social”. (MENESES, 2004, p. 262).

1.1 COLEÇÃO PML

A iniciativa da construção de um museu histórico em Londrina,

[...] concretizou-se na antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina. Em 1970 foi inaugurado o Museu Geográfico e Histórico do Norte do Paraná, sob a coordenação do professor de história Padre Carlos Weiss, no porão do atual Colégio Estadual Hugo Simas. Ainda na mesma década, em 1974, o Museu se torna órgão suplementar da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e em 1978 recebe o nome de Museu Histórico de Londrina ‘Pe. Carlos Weiss’. A desativação da estação ferroviária na década de 1980 trouxe o local como favorito para a realocação do Museu Histórico de Londrina (MHL), de forma que, em 10 de dezembro de 1986, a transferência foi efetivada. Por conseguinte, o projeto intitulado ‘Memória Viva’, ocorrido entre 1996 e 2000, foi responsável pela revitalização do prédio utilizado pelo MHL, com o intuito de reestruturá-lo a partir da construção de ala expositivas e da reorganização da exposição de longa duração (HILDEBRANDO, 2010 apud SILVA, 2016, p.11).

Há também setores no MHL onde são realizadas preservação, investigação e comunicação de seu acervo:

Em linhas gerais, a biblioteca é responsável pelo material bibliográfico e documentos escritos. O setor de imagem e som trata e permite o acesso, por exemplo, do acervo de fotografias e de fontes orais e transcritas. Já o setor de museologia é responsável pelo acervo de objetos tridimensionais. O MHL também abriga o setor da ação educativa, que estabelece a relação entre o acervo museológico e os grupos sociais. (SILVA, 2016, p.11).

A operação que une o Bosque Marechal Cândido Rondon com a instituição museal são as coleções ali preservadas e utilizadas pela sociedade, haja vista que o

“[...] museu constitui um meio, entre outros, pela qual se dá uma relação específica do Homem com a realidade[...].” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 65).

Nesse sentido, os autores ainda consideram que, [...] “De um modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais e imateriais [...] que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar [...]” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 32). Uma coleção deve possuir objetos que formem um conjunto significativo e coerente. Embora coleções refiram-se ao ato de colecionar testemunhos, materiais e imateriais, do homem e de seu meio, podendo ter caráter científico, no caso da coleção a que nos referimos, preservada em instituição museal, o conceito é mais abrangente. “[...] É, então, o caráter institucional do museu que prevalece para circunscrever o termo”. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 34).

A coleção do museu sempre teve de ser definida em relação à documentação que a acompanha e pelo trabalho que resultou dela, para ter a sua relevância reconhecida. Esta evolução levou a uma aceção mais ampla da coleção, como uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica. [...] engloba tanto as coleções mais específicas quanto as coleções tradicionais dos museus, mas também coleções de testemunhos da história oral, de memórias ou de experimentos científicos. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 35).

Um “objeto” de um “museu de cidade” é a própria cidade, seus espaços e desenvolvimento urbano (incluindo seus problemas). Meneses (2004) explica que os museus de cidade são compostos pelos acervos “cartorial” e “operacional”. O primeiro é “intramuros”: composto por mapas e plantas, fotografias, depoimentos, objetos tridimensionais e toda representação urbana e rural levantada por pesquisas. O segundo, operacional “extramuros”, é a matéria-prima que alimenta as representações urbanas: são os próprios espaços, paisagens, praças, locais de trabalho e de sociabilidade, estruturas, todas as áreas do tecido urbano socialmente apropriado.

Meneses elucida, ainda, que a cidade como um todo, na sua diversidade e dinâmica, é que opera um museu intramuros, este então formado por tudo aquilo que remete à cidade e a seus atributos (MENESES, 2004, p. 258).

Portanto, é fundamental pensar, entre demais indagações acerca do desenvolvimento urbano e seus problemas, a importância do acervo cartorial

intramuros (fontes primárias) para se chegar ao acervo operacional: áreas do tecido urbano, representações urbanas, as relações sociais dispostas no museu de cidade (neste caso, o Bosque).

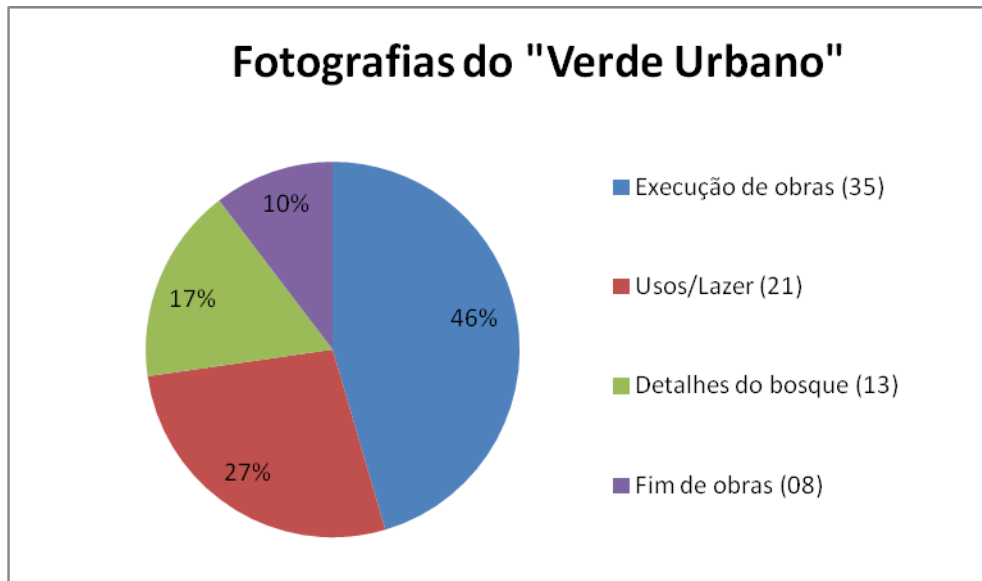
Do setor de imagem e som deste acervo cartorial do MHL¹¹, buscamos, na coleção da PML, fotografias e fotogramas com representações do Bosque, no período do planejamento urbano da década de 1950, de modo a elucidarmos as maneiras como a sociedade constrói seu patrimônio. Os documentos que compõem a coleção foram cedidos em nome da PML ao MHL, local onde foram iniciados os trabalhos de identificação e catalogação destas fontes. Esta investida resultou no desenvolvimento de tipologias das fontes separadas por décadas e temáticas. As que dispomos pertencem à tipologia intitulada “Urbanização de Londrina na década de 1950”, cuja pasta com imagens do bosque é a “Verde Urbano” e contém 77 imagens. Demais arquivos são registros de pavimentação, calçamento, construção de pontes, tubos de esgoto, todo um conjunto de obras para regular a vida nas cidades.

As fontes fotográficas que constituem parte ou um todo de um arquivo documental são:

[...] meios de conhecimento: registros visuais que gravam microaspectos dos cenários, personagens e fatos; trazem indícios sobre o lugar e a época em que foram produzidos, daí sua força documental e expressiva, prestando-se como instrumento de identificação, análises e reflexão. (KOSSOY, 2014, p. 34).

¹¹ Pelo fato de o MHL ser órgão complementar da UEL, é relevante fazermos alusão aos museus universitários. Estes agregam documentos da cidade em que estão vinculados, mesmo porque os textos/ documentos, para além da fruição, muitas vezes, são frutos das pesquisas acadêmicas ali desenvolvidas.

Gráfico 1 – Fotografias do “Verde Urbano”, anos 1950.



Fonte: do autor

O gráfico remonta aos conteúdos das 77 fotografias que selecionamos. A “execução de obras” é a maior parte, uma vez que as imagens foram feitas durante a realização da urbanização, conforme o projeto de lei municipal já delimitado.

Intitulamos “usos/ lazer” para aspectos de sociabilidade ali presente desde o início ao fim dos trabalhos ocorridos no Bosque. Os “detalhes do bosque” são pontos específicos de mobiliários, fauna e flora. E “fim de obras” são as fotografias em que o plano central abrangia os resultados dos trabalhos.

Para as problemáticas que envolvem as ressignificações da cidade e seus problemas urbano-sociais, consideramos que,

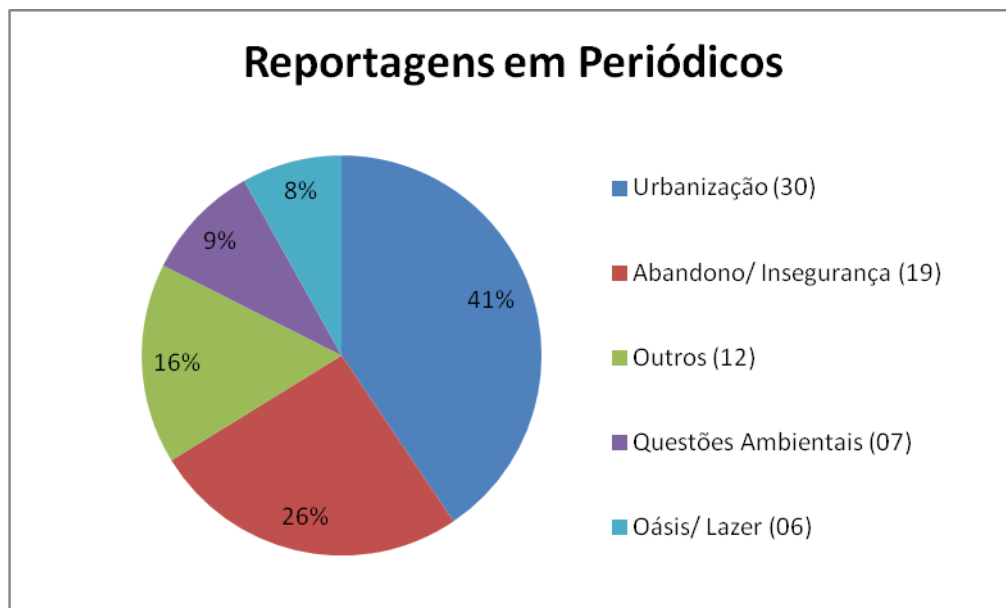
O registro fotográfico pode ser empregado, juntamente com outras fontes escritas, gráficas, orais, fílmicas, não apenas na reconstituição histórica, mas também como instrumento de investigações multidisciplinares (ou método de pesquisa) nas ciências humanas [...]. (KOSSOY, 2014, p. 34).

Neste sentido, na biblioteca do MHL, investigamos também periódicos catalogados na mesma instituição das fontes fotográficas. Dispusemos de um total de 78 reportagens de jornais locais ¹² desde o fim da década de 1940 até os anos 2010.

¹² A luz de Tânia Regina de Luca (2005) nós ponderamos o fato de que a imprensa possa ter uma mistura de notícias imparciais e tendenciosas. No entanto, não pretendemos fazer análise do discurso entre narrativas e acontecimentos. Nosso interesse são as análises das temáticas que

A adoção das fontes impressas como documento histórico pelo historiador teve maior ênfase a partir da década de 1970 com a Nova História, embora tenha se iniciado na década de 1930 com a Escola dos *Annales*. De acordo com Luca (2005), em relação aos jornais, além do alargamento do campo de pesquisa do historiador, seu uso possibilita verificar e conhecer as transformações das práticas culturais, os comportamentos sociais de uma referida época, as manifestações ideológicas de certos grupos, a representação de determinadas classes. Conforme salientamos, não estamos encerrando estes jornais como fonte primária de pesquisa. Seu uso é feito aqui como fonte de informação sobre o BMCR, como notícias que contribuam para a historiografia do Bosque. Ademais, os jornais compõem o mesmo acervo das fontes no MHL. Independentemente das argumentações e ideologias das narrativas, consideramos os acontecimentos ali representados.

Gráfico 2 - Reportagens de periódicos diversos entre os anos 1940-2010.



Fonte: do autor

Os dados aqui levantados apontam para as transformações das funções de uso no Bosque. Os conteúdos das reportagens vão dando forma da condição de área de lazer para o que teria se transformado em problema urbano-social. Das 78 reportagens, quase metade tem como norte a pauta da “urbanização” e as reformas

envolvem o nome no Bosque Marechal Cândido Rondon. E, por não serem os jornais parte central da pesquisa, não nos aprofundaremos em metodologias mais específicas.

do local, seguidas pelas 19 notícias que apontam para “abandono e insegurança” do Bosque e que acreditamos serem causa e consequências do desuso. “Questões ambientais” envolvem preceitos de preservação e tentativas de proteção à mata presente ali mantida, vinculando também o anseio em proporcionar melhores condições aos usufrutos. “Oásis/ lazer” estão correlacionados com a exaltação desta área verde benéfica ao cidadão e à cidade no âmbito social.¹³

1.1.1 Oswaldo Leite

Oswaldo Leite foi servidor do município de Londrina e testemunha da urbanização. Ele registrou em imagens fotográficas os trabalhos que estavam sendo executados e por ele fiscalizados. Ele foi admitido na Secretaria de Obras e Urbanismo de Londrina em 1942 e, em 1950, assume função de Oficial Administrativo do Departamento de Obras e Planejamento (DOP), em Londrina (PR). Nesta década, começa fotografar as obras na cidade, embora só tenha sido admitido como fotógrafo da prefeitura em 1970 (após ter se aposentado na administração do (DOP), época em que retorna à Prefeitura como fotógrafo oficial). Ainda que em um primeiro momento não tenha sido registrado como fotógrafo oficial da cidade, entendemos que na prática ele foi.

Leite teve a perspicácia de assinar, datar e identificar a localização de seus registros fotográficos, embora muitas destas informações tenham se perdido pelo mau acondicionamento até sua remoção dos barracões da PML para o MHL.¹⁴ Grande parte das 77 imagens do Bosque e demais fotografias de Leite, que compõem a coleção da PML, foram coladas em papel cartolina rosa. Ele registrava no verso ou na cartolina dados sobre o local ou data da imagem. Algumas destas

¹³ Após o ano de 2010, outro assunto entra em pauta com ênfase sobre os prejuízos à mata no caso de ser retirada a matéria orgânica depositada sobre o solo. A questão está relacionada com a grande quantidade de pombos que infestam o bosque. Embora a superpopulação das aves seja da pomba-amargosa (*patagioenas plúmbea*), que também acarreta transtornos em meio urbano, especialmente o mau cheiro, geralmente o bando é confundido com o pombo-comum (*columba livea*), estes sim mais perigosos, pois as fezes podem ser responsáveis pelo fungo transmissor da criptococose. Mesmo não sendo nosso recorte, não podemos deixar de mencionar este fato. Elucidamos também que a alta população de pombos na área são consequências do desmatamento das áreas rurais da cidade e de outros municípios da região para o plantio de soja e milho (bem como no estado de São Paulo).

¹⁴ Em nome da Prefeitura, Hélio Silva, que sucedeu o fotógrafo, foi quem entrou em contato com o MHL para salvaguardar estas imagens, as quais passaram a compor a coleção.

informações registradas foram conservadas e estão catalogadas no MHL. Com isso, constatamos que as intervenções urbanísticas ocorreram a partir de 1955.

Fotografias e fotogramas foram encaminhados ao MHL e regulamentados em 07/06/1990 sob “Convênio de Cessão” para permissão de uso. Segundo informações da Técnica em Assuntos Culturais do Museu¹⁵, Célia Rodrigues de Oliveira, que fizera parte daquele processo juntamente com a funcionária Aurea Keiko, os documentos encontravam-se abandonados em barracão na Prefeitura dispostos em baús e sem quaisquer medidas de conservação. Entre negativos e positivos da coleção da Prefeitura Municipal de Londrina, grande parte deles são de autoria de Oswaldo Leite. A coleção é composta por:

- 2.278 imagens da década de 1950, todas inventariadas e catalogadas. O trabalho de avaliação dos documentos, suas condições físicas e componentes de identificação, a digitalização e indexação à base de dados foram proporcionados a partir de projeto com apoio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC).
- 11.738 imagens referem-se ao período entre as décadas de 1960 e 1970. Estão em processo de conclusão de catalogação.
- 33.735 imagens da década de 1980 foram somente inventariadas. É possível que nem todas sejam de Oswaldo Leite.
- 12.918 imagens referentes às décadas de 1980 e 1990 provenientes de uma segunda remessa da prefeitura feita em 15/07/2010 por funcionária do Arquivo da PML identificada apenas como Silvia. Estas foram apenas inventariadas e não são de Oswaldo Leite.
- 1.000 imagens, aproximadamente, da doação de Otacílio Leite, referente ao acervo pessoal do pai, Oswaldo Leite. São dos anos de 1970 e deverão ser trabalhadas.

Do total que consta no acervo, aproximadamente 61.669 objetos (haja vista a doação particular não ter quantidade oficial), nós selecionamos a pasta da década de 1950 com 77 itens. Estas fontes acolhidas compõem o acervo do Museu Histórico

¹⁵Estas conversas acontecerem nos meses de agosto e setembro de 2016 em atendimento agendado e registrado pelo Museu. Além disto, estas e outras informações foram revisadas em UNFRIED, 2016, a partir de entrevista ao filho de Oswaldo Leite, Otacílio Leite, em agosto de 2013. Também em Boni e Unfried (2017). Outras conversas sucessivas com Célia Rodrigues de Oliveira aconteceram durante esta pesquisa, pois, mesmo após a aposentadoria recente da técnica, ela continua prestando serviços como voluntária no MHL.

de Londrina “Pe. Carlos Weiss”, no setor de imagem e som “Eugênio Brugin”, e refere-se à coleção da “Prefeitura Municipal de Londrina”.

Facilitadas pela catalogação e digitalização, do conjunto das fontes estabeleceu-se um padrão peculiar do estilo fotográfico. Por serem ricas de detalhes das situações daquele momento da urbanização da cidade, nós podemos dizer que as fotografias são registros das execuções das obras e também configurações sociais daquele momento. Desta configuração social, entende-se (ELIAS, SCOTSON, 2000) a compreensão dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais.

2 BOSQUE MARECHAL CÂNDIDO RONDON: MEMÓRIAS DO LAZER

Ao falarmos dos museus de cidade, estamos considerando a necessidade de pesquisa urbana envolvendo questões sociológicas, antropológicas e históricas em que se instituem as compreensões das problemáticas dos fenômenos na cidade urbana. (MENESES, 2004, p.259-60).

Diante de seguidas medidas de urbanização da cidade, buscamos compreender a cultura urbana daquele momento para, então, explanarmos sobre as ressignificações do Bosque pelos cidadãos. Por que a área pública tem posição valorosa de usos e em algum outro momento não? Jane Jacobs (2011) sugere que “O principal problema do planejamento de parques de bairro resume-se ao problema de alimentar uma vizinhada diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los” (JACOBS, 2011, p. 11).

[...] A variação arquitetônica superficial pode parecer diversidade, mas só uma conjuntura genuína de diversidade econômica e social, que resulta em pessoas com horários diferentes, faz sentido para um parque e tem o poder de conceder-lhe a dádiva da vida. (JACOBS, 2011, p. 111).

Admitindo que “[...] os métodos dos planejadores [...] [não nos diz] acerca do comportamento ou do valor dos parques urbanos” (JACOBS, 2011, p. 158), buscamos um meio de chegarmos até as realidades vivenciadas naquele momento buscando respaldos nas fontes encontradas no acervo cartorial intramuros.

Rosana Unfried (2016) trabalha com a metodologia de que a fotografia seria um “disparador do gatilho da memória”, uma ferramenta para “atuar como auxiliar na recuperação de fragmentos históricos da cidade retratada”. Neste diálogo, as fotografias de Oswaldo Leite são objetos de análise em dissertação na área de Comunicação (UNFRIED, 2016).

A memória é transportada pela história quando há um mediador que resguarde tais reminiscências para a construção de um passado histórico. Pierre Nora (1993, p. 9) expõe as diferenças entre memória e história. Enquanto “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...] uma representação do passado”. Nora expressa a emergência dos “lugares de memória” e o anseio ao resgate de ritos que definam grupos, uma vez que explica

não haver permanências espontâneas das memórias individuais ou coletivas. Por isso, criar arquivos, organizar celebrações, criar museus, acervos, espaços públicos, manter festas e ritos. A instituição do museu assegura memórias para que certifiquemos identidades, no entanto, seu valor depende de toda a comunidade.

Figura 2 – Bosque na área central de Londrina antes da execução de obras de urbanização, anos de 1950.



Fonte: (LEITE, [195-]).

Figura 3 – Bosque na área central de Londrina, anos de 1950.



Fonte: (LEITE, [195-]).

Nas figuras 2 e 3, Oswaldo Leite fotografa o espaço público de Londrina de “preservação” e “belezas naturais” que passariam pelas intervenções advindas do projeto de lei de urbanização. A intencionalidade de registrar o espaço antes das reformas nos permite constatar indícios das relações sociais do local. Ambas fotografias contemplam a dimensão de natureza com o solo e gramíneas, árvores ocupando a parte central e horizontal da imagem até a parte superior, de modo que algumas copas aparecem como se não coubessem no enquadramento. Há trilhas entre as plantas por onde os cidadãos caminham, permanecem algum tempo no bosque, crianças brincam no balanço e dois adultos conversam mais ao fundo. Na Figura 3, notamos ao fundo algumas crianças no balanço e adultos em pé, enquanto mais à frente uma mulher com duas crianças parece estar de passagem pela trilha. É bem possível que estivessem se deslocando de/para um colégio, pois as duas meninas carregam um tipo de bolsa e estão com vestuários iguais. Também na Figura 2 o prédio ao fundo corresponde ao Colégio Mãe de Deus.

A fotografia (Figura 2) foi revelada¹⁶ em tamanho maior que a grande maioria das demais, as quais são 10x15, e tem no verso os inscritos “Parques, [inelegível] e Jardins – ‘Bosque’ junto ao Col.[colégio] Mãe de Deus - e os serviços/ obras e

¹⁶Não havia laboratório fotográfico próprio na Prefeitura. Todas as fotografias eram reveladas no Foto Estrela ou Foto Moderno.

urbanização”. Em outra fotografia, com o mesmo cenário da Figura 2 (apenas em ângulo diferente), está escrito no verso: “[inelegível] e Jardins – Vista do Bosque antes das obras de urbanização”.

Figura 4 – Bosque na área central de Londrina. Início da execução do projeto de urbanização.



Fonte: (LEITE, [195-]).

A área de lazer compunha o quadrilátero central da cidade. Os dois blocos do bosque (Mapa 1, lotes 35 e 36) se situam entre a Rua Pará e Alameda Miguel Blasi/ Catedral Metropolitana de Londrina. Perpendicularmente a elas cruzava a Rua Piauí (atualmente, nesta área do Bosque, não há acesso a veículos). As avenidas laterais são Avenida Rio de Janeiro e Avenida São Paulo. Na Figura 4, a rua em paralelepípedo é a Pará onde há algumas pessoas caminhando na calçada em lado oposto ao Bosque. É possível visualizar um veículo na esquina da Avenida São Paulo e no fim da rua. O prédio ao lado da mureta, o Colégio Mãe de Deus. Observando mais ao meio da imagem estão o calçamento e os postes afixados no terreno, ainda sem calçada. A predominância na fotografia é da natureza com as árvores, grama, plantas e terra.

Figura 5 – Bosque na área central. Execução do projeto de urbanização.



Fonte: (LEITE, [195-]).

Figura 6 – Bosque na área central. Realização das obras de urbanização.



Fonte: (LEITE, [195-]).

Na Figura 6, nota-se ao fundo o calçamento, construções e um veículo que parece estar estacionado. A construção em alvenaria ao fundo é a Igreja Metodista, na Avenida Rio de Janeiro. O Bosque estava rodeado pelas igrejas Metodista e Catedral Metropolitana e pelo Colégio Mãe de Deus. Há casas em seu entorno como também transeuntes, moradores ou frequentadores do centro da cidade.

Visualizamos este cenário de árvores e um vasto campo gramado, mas o que se sobrepõe na imagem são os serviços sendo realizados. Somente ali há oito homens, considerando aquele no primeiro plano (aparece somente a cabeça com chapéu). Na Avenida São Paulo (Figura 5), a construção da calçada conta ali com, no mínimo, onze homens. Percebe-se, à esquerda, pela terra exposta, que o Bosque teve sua área recuada para execução daquela calçada de pedestre. Seguindo a rua de paralelepípedo segue também a rede de eletricidade com postes fixados na calçada existente do lado oposto à que está sendo construída, onde se vê que ainda não havia postes. E uma sequência de casas, algumas pessoas, além de um carro, que em se tratando de modernidade (haja vista a urbanização) o carro é um “símbolo de *status* e poder - dos novos ricos do café” [...] [e] o início do processo de expulsão de veículos de tração animal” (ARIAS NETO, 1993, p. 111).

No diálogo entre as fontes podemos dizer que estas imagens correspondem à execução do plano de urbanização visando, entre outros aspectos, propiciar aos cidadãos (ou parte deles) uma maior vivência na área de lazer junto ao centro nobre da cidade – local que já vinha sendo espaço de sociabilidades, lugar de passagem, de conversas fortuitas, encontros marcados, eventos programados¹⁷.

¹⁷ Embora não seja nosso recorte, não podemos descaracterizar, conforme Arias Neto (1993), que o desenvolvimento urbano/econômico da cidade, e as consequentes medidas de urbanização, não foram igualitários, sendo mais conveniente às classes dominantes do período. Consolidada pelo saber científico legítimo da ciência do urbanismo, as elites ampliavam e consolidavam uma prática de dominação produzindo os melhores espaços para si. (ARIAS NETO, 1993, p. 110-112).

Figura 7 – Bosque na área central de Londrina. Cotidiano.



Fonte: (LEITE, [195-]).

A composição da Figura 7 se divide entre a área verde com suas árvores altíssimas, outras medianas, o jardim rasteiro e a urbanização. Os postes de rede elétrica disputam a paisagem entre as árvores, o paralelepípedo traça um contínuo da terra dividido pelo meio-fio. Notamos transeuntes ao fundo do lado esquerdo e no primeiro plano. À direita, passa uma mulher protegida do sol por uma sombrinha. Nesse cotidiano do Bosque com seus jardins há um prestador de serviço para a população urbana, o “lambe-lambe”¹⁸, fotógrafo sentado embaixo do protetor solar e que permanecia no local cotidianamente. A fotografia já era algo popular, no entanto, a oferta deste serviço seria em local de maior lucratividade, pois, mesmo a praça sendo pública, a região (centro da cidade) correspondia ao maior usufruto das elites. Contudo, a prestação do serviço contribuía para uma diversidade de uso na área.

¹⁸ “Lambe-lambe”, nome dado ao fotógrafo ambulante comum aos espaços públicos, surgido a partir do início do século XIX. Nesse momento da década de 1950, o possível fotógrafo (Figura 6) seria José Juliani, uma vez que ele executou esta atividade entre 1930 e 1950 e os aspectos físicos do senhor sentado assemelham-se a ele. A técnica aposentada do Museu Histórico de Londrina, Célia Rodrigues de Oliveira, acredita que possa ser. Independente da identidade do mesmo nos importa as relações de sociabilidade presentes naquele momento e naquele local.

Figura 8 – Bosque revitalizado. Usos/lazer.



Fonte: (LEITE, [195-]).

No plano central da imagem vemos o espelho d'água, fruto da revitalização do jardim. Fica evidente a demonstração pelo fotógrafo da obra realizada, contudo, o significado de uso é dado pelos usuários que compõem o cenário de fundo da fotografia.

Figura 9 – Bosque na área central de Londrina. Cotidiano após execução das obras.



Fonte: (LEITE, [195-]).

O plano de arruamento de Londrina, art. 14, deveria também “preservar ou criar pontos de vista e perspectivas interessantes, mantendo os bosques e exemplares vegetais notáveis, mesmo à custa de pequenas irregularidades do traçado” (LONDRINA, 1952). Na Figura 9, a vegetação se mantém predominante com jardins e árvores, porém podemos notar as alterações sofridas no espaço. Foi feito calçamento em linhas diagonais além dos postes de iluminação. Quanto às pessoas presentes, pode-se perceber que estão em momentos informais de lazer por estarem reunidas, sentadas, desprovidas de materiais de trabalho.

Figura 10 – Revitalização do bosque. Fim de obra.



Fonte: (LEITE, [195-]).

Na Figura 10, percebemos a exposição da obra já realizada. A terra cede espaço para o calçamento e para os postes de iluminação, mas também havia muito espaço de terra entre árvores de tamanhos variados.

Dois trabalhos sobre o Bosque Marechal Cândido Rondon abordam os aspectos sobre a memória do Bosque. O mais recente, de 2010, é a monografia de Fernanda Cequalini Frozoni, intitulada “Bosque Marechal Cândido Rondon (1950 a 1970): Referência e patrimônio londrinense?”. Com base em jornais antigos e recentes, fotografias, entrevistas e bibliografias locais, a autora aponta o Bosque como local de forte representatividade para a cidade e seus moradores. Destaca que o trabalho tem como objetivo principal reforçar a ideia de que o espaço é um patrimônio e necessita ser conservado (FROZONI, 2010, p. 17).

Outro destaque é a pesquisa pioneira, de 2007, resultado das discussões que envolveram o Projeto de Extensão do IPAC/UEL (Inventário e Proteção do Acervo Cultural de Londrina). Tal projeto contou com a participação de alunos e professores de Ciências Sociais, História e Arquitetura. Em “Memória e Cotidiano do Bosque”, Sônia Maria Sperandio Lopes Adum e Ana Maria Chiarotti de Almeida e fazem uma leitura dos usos e apropriações do Bosque e o modo como seus frequentadores viam o presente e o passado local. É uma expressão de posicionamento do IPAC para registro da memória e do entendimento de ser, o Bosque, Patrimônio Cultural.

O Bosque apresenta-se desse modo, enquanto bem cultural na medida em que é através das práticas cotidianas vivenciadas nesse espaço, que os diversos grupos constroem suas representações e redes de sociabilidade e é através dessa apropriação que se configura a memória coletiva, matéria-prima para uma outra perspectiva do processo histórico. (ADUM; ALMEIDA, 2007, p. 29).

Além das imagens, outra fonte importante para a pesquisa do IPAC foram as entrevistas. Entre os antigos moradores de Londrina entrevistados ficou evidenciado o enaltecimento da mata verde e as emoções de nela conviver. Essas pessoas elucidaram as apropriações por parte dos moradores e as intervenções promovidas pelo poder público que teria transformando o Bosque “‘num corpo multilado que adoece’, frutos da ingratidão e agressividade humana” (ADUM; ALMEIDA, 2007, p. 41-42).

Dos entrevistados mais jovens, que não teriam vivenciado o processo da ‘colonização’ e sentido os benefícios da mata virgem, as relações estabelecidas com o Bosque não são de enaltecimentos àquele oásis, cujos depoimentos ficaram mais relacionados aos processos de urbanização. Deste modo, concluiu-se que, para os usuários já inseridos na configuração da urbanização acelerada da cidade, o Bosque foi visto como um espaço de lazer cheio de problemas, porém “um refúgio verde no centro da ‘selva de pedra’” (ADUM; ALMEIDA, 2007, p.42-43).

Em “Tempos de Infância”, o pedagogo, fotógrafo e artista, Walter Ney, traz à tona suas memórias. Suas crônicas são fragmentos de partes da cidade, incluindo o Bosque, (ver anexo A) fonte riquíssima para nossa memória coletiva. Em 1959, com dois anos de idade, o nordestino do interior do estado da Bahia chega a Londrina. Seu olhar sensível sobre a construção e apropriação da cidade faz deste artista um contribuinte para a composição da nossa análise.

Sem pressa, outro dia sentei-me em um dos bancos. Com o canto dos galinhos-garnisés e as crianças brincando, senti enorme saudade do famoso bosque de outros tempos. Tempos de infância, em que o melhor passeio da cidade aos domingos era visitar o bosque, para brincar com as araras, os macacos e comer pipoca, com direito às gangorras do parquinho. Saudade do Chico, o mais velho e mais esperto macaco do pedaço. Que festa era visitar o nosso mini-zoológico! (NEY, 1997, p. 61).

Ney traz suas memórias a respeito do cotidiano do Bosque, alternando entre o presente e o passado. “Quem anda a pé pelo centro de Londrina, entre carros, buzinas e ruídos de toda ordem, não está longe do caos. De repente, como um pequeníssimo **oásis**, o bosque [...] para refrescar os ouvidos e a alma.” (NEY, 1997, p.61-62, grifo nosso).

Embora ao longo de sua existência tenha passado por várias mudanças e reformas, por meio de intervenções do Poder Público Municipal, até hoje é considerado pela população como espaço importante a ser preservado, tendo sido, na década de 1980, objeto de proposta de tombamento junto ao CEPHA-Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria de Estado da Cultura. [...] Na realidade o ‘Bosque’ é marcado por apropriações e usos diversos por parte dos londrinenses. Se, no passado, é lembrado como local de festas, comemorações e manifestações públicas e/ou políticas que ficaram registradas na história do Município, atualmente constitui palco de relações transitórias e efêmeras. (ADUM; ALMEIDA, 2007, p.12).

Embora o quadrilátero onde se situe o Bosque componha uma trilha interpretativa do que se pretende, oficialmente, como centro histórico de Londrina patrimonializado, e tenha feito parte de alguns projetos de educação patrimonial¹⁹ com apoio da Secretaria Municipal de Cultura, Diretoria de Patrimônio Histórico, Museu Histórico de Londrina, Universidade Estadual de Londrina, as ressignificações da área tiveram um amplo salto. Mesmo sendo considerado pela população como ambiente importante a ser preservado, passou por ameaças de descaracterização de uma de suas funções primeiras, lugar de lazer. As novas relações “transitórias e efêmeras” estiveram interligadas às dinâmicas da cidade e de seus usuários, conforme veremos no capítulo seguinte.

¹⁹ O “Projeto Conhecer Londrina” consiste em educação patrimonial utilizando-se de lugares como suporte de memória. Contempla visitação ao Museu Histórico de Londrina e outros pontos históricos da cidade. É abordado por Silva (2016).

3 DE ÁREA DE LAZER A PROBLEMA URBANO DE COMPLEXIDADE ORGANIZADA

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Secretaria Social de Integração lançaram um “Documento-Consulta”, produzido pelas professoras Tuma e Asari (1978), que abrangia aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina. Foram levantadas, neste documento, todas as áreas de lazer, desde o advento do município, e identificadas quais eram as condições que se apresentavam naquele momento. O trabalho reforçava o sentido de que o “[...] poder público vinha se dedicando ao trabalho de recreação orientada em parques, praças e nas ruas de recreio”. (ASARI; TUMA, 1978, p. 51).

Dentre os aparelhos urbanos, o lazer era uma das grandes preocupações dos poderes públicos do município, de modo que havia “[...] busca constante de condições propícias para o desenvolvimento de relações comunitárias mais coesas, assim como, para que aumente o bem-estar do homem”. (ASARI; TUMA, 1978, p. 51).

Em termos de preservação de áreas verdes, existe na área central do quadrilátero central da cidade, o chamado ‘Bosque’, remanescente da cobertura vegetal primitiva, que ocupa duas quadras. Localiza-se aí um play-ground, uma quadra de esportes, um viveiro com alguns animais e aves, sanitários. (ASARI; TUMA, 1978, p. 90).

Na citada pesquisa, também foram consideradas áreas de lazer as praças e ruas recém-revitalizadas ou locais que ofereciam benefícios a serviço do cidadão, como quiosques e lanchonetes, bancas de jornal, revistas e discos, floriculturas, artesanatos, telefones públicos, bem como o Parque de Exposições Ney Braga e o Ginásio de Esportes Moringão.

Segundo as autoras, “apesar da existência de um número considerável de praças, de áreas verdes urbanizadas, ainda [era] muito restrito o uso público desses equipamentos”. (ASARI; TUMA, 1978, p. 89). Na gestão do prefeito Dalton Paranaguá, em 1971, foi instalado o VUL, terminal de transporte coletivo que funcionou até 1988, abrigando também um comércio informal em seu entorno. Neste momento, a área pública foi toda cercada e gradeada visando restringir ações de violência para dentro das grades, mas que resultou também na diminuição

considerável da diversidade de usos e apropriações pela comunidade. Procuramos em alguns órgãos públicos de Londrina fontes documentais referentes aos trâmites do processo da implementação de um terminal dentro do Bosque. Entre eles, recorreremos ao IPPUL, à Secretaria de Obras e Pavimentação da Prefeitura, à CMTU e Diretoria de Transportes de Londrina. Todos os representantes diretivos dos órgãos disseram não disporem de quaisquer informações sobre esse processo. Da Diretoria de Transportes obtivemos um arquivo com síntese da história dos transportes de Londrina realizada por um de seus funcionários de modo informal. O arquivo era composto ainda por recortes noticiados pela internet, os quais já havíamos consultado, portanto, não agregou nada mais às nossas buscas. Nutrimos de dados de jornais e historiografia existente.

Com a saída do terminal, o espaço público ficou deteriorado. Foi então realizado um concurso público em que “[...] pelo projeto vencedor, o Bosque passaria a se constituir em um espaço de lazer e cultura, mantendo preservada sua área verde”. (ALMEIDA; ADUM, 2007, p. 17). O plano vitorioso visava aliar preservação e uso do espaço, mas acabou sem ser posto em prática, especialmente pela questão econômica. Antônio Casemiro Belinati, em seu segundo mandato como prefeito, disse, durante entrevista ao jornal Folha de Londrina, não querer projetos faraônicos (FOLHA DE LONDRINA, 1988 apud ALMEIDA; ADUM, 2007, p. 17), cedendo parte do Bosque para estacionamento exclusivo da Associação dos Corretores de Automóveis de Londrina, de janeiro de 1989 a abril 1991. Também houve vendas de carros usados no local, que ficou conhecido como “pedra”. Findada esta concessão, finalmente o Bosque passou pela intervenção, mesmo com projeto bem menos “faraônico”. Esse desfecho foi, em grande parte, resultado da fundação da Associação Amigos do Bosque, em parceria com o movimento Ocupa Londrina. As ações militantes buscaram garantir ao cidadão que o Bosque fosse um local exclusivamente para o lazer, bem como garantir a sobrevivência do próprio Bosque.

Cadê a bicharada? Foi substituída pelo ônibus. O bosque que virou terminal rodoviário. A cidade cresceu. O bicho-homem queria pôr “pedra” no local. Mas a turma chiou, peitou e brigou, como galinhas garnisés. Não deixaram zerar o espaço. Ao contrário, ganharam o Zerinho, que de zero nada tem. (NEY, 2007).

A intervenção compreendeu a reforma dos banheiros, da quadra poliesportiva e do *playground*. Foi construído o “zerinho”, como ficou conhecida a calçada para caminhada. Mesas de jogos foram instaladas e árvores foram plantadas (embora tenham sido plantadas mudas nativas da região, em momentos diversos, também árvores de outras regiões do Brasil foram plantadas).

Elencamos as fontes jornalísticas abaixo como meio de maior conhecimento sobre o nosso tema que se presta a análises e interpretações, “[...] que ganham significado quando utilizadas no trabalho científico juntamente com outras fontes (textos manuscritos, periódicos, livros, estatísticas oficiais, mapas, testemunhos orais etc.)” (KOSSOY, 2014, p. 36).

Figura 11 – “Ronda pela cidade”.

«DIA DO INDIO»
Comemora-se, hoje, o «Dia do Índio», em todo o País. No distrito de Tamarana haverá uma festa comemorativa da efeméride, promovida pelo Páris do S. P. L. e a que estarão presentes prefeito municipal, vereadores, representantes de classes e entidades de Londrina.

FOLHA DE LONDINA
Diretor Proprietário: JOÃO MILANESI
Fundada em 1947
Diretor de Redação

ANO IX LONDRINA — Terça feira, 19 de abril de 1.955

RONDA PELA CIDADE

O PRINCIPAL ASSUNTO na cidade é a tremenda incidência de roubos e assaltos que se vem registrando. A população acha-se deveras alarmada ante as notícias a respeito que se espalham pelos quatro cantos da cidade, dada a completa situação de insegurança em que nos encontramos, mercê do desaparecimento de nosso organismo policial. URGE que os responsáveis pelo bem estar público tomem as providências que se fazem necessárias, porque a coisa tende a piorar, no ritmo em que vão caminhando. Será possível que uma cidade como esta nossa, de gente ordeira, pacata e devotada ao trabalho, terá que ficar permanentemente em estado de tensão, aguardando cada família a sua vez de se ver espoliada? Providências, providências... exigem-se!

NÃO SABEMOS mais, por quantas vezes advertimos ao DST sobre a necessidade de proibir aos ciclistas a mania de usarem as calçadas para as suas correrias. Mais de um acidente causou essa prática e continuará causando se provi-

A PARTE INFERIOR DO BOSQUE da Matriz está sendo urbanizada também. Daqui a algum tempo aquele logradouro será um dos mais bonitos de Londrina!

go para os serviços em geral da repartição.

★
A ANUNCIADA QUERMESSE do Ginásio e Escola Normal «Mês de Deus» não se realizou nos dias 16 e 17 últimos, devido às chuvas. Foi adiada para o dia 23 e prosseguirá no dia seguinte.

★
BASTANTE INTERESSANTE a exposição de objetos indígenas instalada em uma das vitrinas da «Pernambucanas»: cofres, machados de pedra, cerâmica, etc., etc. Iniciativa do sr. José Nogueira Vieira, gerente do estabelecimento, em ho-

Todos os Dias

Desde o dia em que os Estados Unidos lançaram as duas tremendas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, inaugurou-se, em todo o Mundo, uma outra guerra, que substituiu àquela que se findava, ante as chagas vivas das cidades nipônicas arrasadas pela força ciclópica da desintegração termo-nuclear: a luta pelos segredos do átomo.

Ensarilhadas as armas, por força dos tratados de paz, nem por isso encontrou a Humanidade sossego e harmonia, desencansando, como tanto o desejavam os povos, por fim, após o período longo de intranquilidade e sofrimento. E que os vencedores não se uniram para o descanso restaurador. A “guerra fria” entre o Ocidente e o Oriente manteve, quan-

A GRANDI autoridades do social, p entrega da ocorrida du São Jorge l pela re]

Fonte: (ARGUS, 1955)

Desde as primeiras reformas do Bosque, confirmadas pela datação dos registros de Oswaldo Leite nas fotografias e a data da notícia acima, município e munícipes ansiavam para que as obras de urbanização em execução deixassem o Bosque melhor. Foram colocados bancos, iluminação, calçadas, jardim (conforme as análises fotográficas).

Quando, na administração de Dalton Paranaçu, se pensou em construir um terminal de ônibus que rachasse o bosque em dois, a população soltou cobras e lagartos em defesa do bem estar do povo, da conservação da flora, da ecologia e de outros motivos, mas principalmente pela conservação do bosque. Apesar de toda a ferveria da oposição, os ânimos se amornaram e o terminal, que era necessário, acabou saindo. Era de se esperar que o cuidado com o bosque aumentasse de intensidade e não regredisse como vem acontecendo. A firma concessionária, que explora os serviços de ônibus urbano, acabou transformando o bosque (nas ruas que o circundam) em sua garagem, completamente alheia aos dizerem que preveem ser o bosque – e mais particularmente, o terminal – um serviço essencialmente público, ou seja: um abrigo para o povo, como pronunciou-se Dalton Paranaçu. (MONTEIRO, 1973, p. 3).

Figura 13 – “O bosque, cada vez mais violentado”.

O bosque, cada vez mais violentado



O nosso bosque, cada vez menos bosque

Quando, na década de 30, a Companhia de Terras Melhoramentos traçou o mapa de Londrina, preservado deixou dois quarteirões de mata bruta no coração da cidade.

Com o passar dos anos e dos prefeitos, no entanto, o local foi mexido e remexido. O povo foi marcando trilhas na terra batida, que acabaram ganhando passarelas de cimento. A cidade não possuía um terminal de ônibus e resolveram acabar com o problema, criando um maior no bosque: abriram uma larga avenida, cortando a mata em duas partes e os ônibus que por ali passaram a transitar, vieram aumentar o índice de fumaça nos dois lados do bosque, como ficou conhecido.

O tempo passou e o bosque perdeu maior quantidade de sua área: foi construído na parte de baixo um parque infantil e uma quadra de esportes. Na frente dessa área, outra já estava ocupada há mais tempo, com dois viveiros para animais, completamente abandonados, a ponto dos bichos ali cativos, chegarem a morrer no local, depois de passarem horas sem alimentos.

Tentando compensar a perda dessas áreas e das árvores originais do bosque, os plantios feitos pela Prefeitura acabaram compondo uma vegetação numerosa, mas mal distribuída e raquítica. As más condições de vida dessas espécies deve-se, porém, as próprias terras existentes hoje no local, já compactada e empobrecidas.

Hoje, reina a sujeira no local, não importa em que parte do bosque. Árvores com mais de 50 anos são mantidas ali, sem qualquer cuidado especial enquanto as mais novas, devido ao enfraquecimento da terra, estão morrendo. Enfim, o bosque já não cumpre nem a finalidade para o qual foi reservado: servir de “pulmão verde” do centro de Londrina. Virou ponto de comércio ambulante, de boa freguesia para os engraxates e até de desocupados.

Fonte: (O BOSQUE..., 1975)

Na Figura 13, de 1975, é noticiado um breve resumo da história do Bosque desde a preservação da mata bruta, na década de 1930, passando por inúmeras interferências com o passar dos anos e dos prefeitos em exercício. A falta de

cuidados básicos com a estrutura física da área e o abandono de suas manutenções acentuam-se a partir da instalação do terminal de ônibus:

[...] A cidade não possuía um terminal de ônibus e resolveram acabar com o problema, criando um maior no bosque: abriram uma larga avenida, cortando a mata em duas partes e os ônibus por ali passaram a transitar [...]. (O BOSQUE..., 1975, p. 6)

Podemos dizer que o processo de degradação da área verde e consequente esvaziamento, a partir das crescentes “interferências” de urbanização e a ausência de manutenção, provocaram a mudança de significado dali. A nova utilização seria para “[...] ponto de comércio ambulante, de boa freguesia para os engraxates e até desocupados.” (O BOSQUE..., 1975, p. 6).

Figura 14 – “Áreas públicas de Londrina estão abandonadas”.

DESCASO

Áreas públicas de Londrina estão ABANDONADAS

Administração municipal está adiando decisões importantes e outras nem tanto para a equipe do prefeito eleito Nedson Micheleti resolver a partir de janeiro

Carolina Avansini
De Londrina

O caos parece ter tomado conta do gerenciamento dos serviços públicos em Londrina. Com a proximidade da posse do prefeito eleito, Nedson Micheleti (PT), os responsáveis pela atual administração adotaram a estratégia de adiar a tomada de decisões importantes, delegando a responsabilidade para a equipe que assumirá a prefeitura no próximo dia 1º de janeiro.

Nos parques públicos e ruas da cidade, a sujeira denuncia a falta de zelo com a limpeza pública. Na empresa Iguacumec, em Cornélio Procopio, uma usina completa de moagem e reciclagem de lixo pertencente à Prefeitura de Londrina, que inclusive já está paga, aguarda há quatro anos a liberação de um terreno onde possa ser montada. Enquanto isso, a cidade enfrenta o problema de saturação do “lixão”, cuja estrutura não comporta mais o recebimento dos dejetos.

A indefinição sobre um local para abrigar os caminhões que trabalham no centro da cidade é um capítulo à parte nesta novela. Acomodados provisoriamente na Praça Rocha Pombo, tombada pelo Patrimônio Histórico, eles aguardam que o próximo prefeito decida sobre um local definitivo para se instalarem.

A prefeitura liberou por decreto a construção de quatro novos cemitérios particulares na cidade, há cerca de um mês. Os projetos só não foram aprovados por causa da mobilização da comunidade, que pressionou o poder público pela realização de análises mais aprofundadas antes de tomar uma decisão que poderia comprometer o meio ambiente.

A opinião do londrinense Luis Henrique Guiraldi confirma o quadro descrito. “Londrina está abandonada, não há planejamento por parte do poder público. Os eleitores elegem os governantes para serem representados, mas ninguém está tomando conta da cidade. Queria saber para onde vai o dinheiro da arrecadação dos impostos”, questionou.

Insegurança e falta de manutenção compõem a paisagem das praças e parques públicos. Em várias partes do município, frequentadores reclamam que a falta de zelo está transformando espaços de lazer em depósitos de lixo e abrigos para andaraíhos, usuários de drogas e marginais.

No Bosque e no Zerão, localizados na região central, a reportagem da Folha identificou brinquedos quebrados, falta de banheiros e depreciação do patrimônio público. Os usuários reclamam também da falta de segurança denunciando que os portões de acesso ao Bosque ficam abertos 24 horas por dia, facilitando a entrada de ladrões e usuários de entorpecentes.

A professora Aparecida Brenny, proprietária de um salão de beleza nas proximidades do parque, contou que suas funcionárias evitam passar pelo Bosque, temendo assaltos. As moças que tomam ônibus na Rua Pará enfrentam também o constrangimento de se deparar com um homem que constantemente se exhibe no local. “Ele fica pelado à luz do dia, sendo que existe uma escola bem em frente. Uma funcionária já ligou para a polícia mas ninguém fez nada”, disse.

No Zerão, os brinquedos quebrados obrigam as crianças a fazer fila para usufruir dos balanços. No dia em que a equipe da Folha esteve no local, havia apenas dois balanços para sete crianças. “Antes tinha gangorra e muitos brinquedos, mas as pessoas estragam tudo”, reclamou Natália Santos, 7 anos.

A situação precária encontrada nos parques públicos de Londrina chamou a atenção da organização não-governamental (ONG) Central Cidadão, cujos voluntários estão se mobilizando para revitalizar o Zerão. Hoje, a partir das 8 horas, começam a ser pintadas as três quadras esportivas do local, utilizando material arrecadado pela ONG junto a empresas da cidade. A pintura será feita por trabalhadores cedidos pela AMA.

O projeto da Central Cidadão inclui revitalização total do Zerão e do Parque Arthur Thomas, sempre através de doações e trabalho voluntário. “O cidadão não pode se acomodar diante da morosidade do poder público, mas tem que assumir algumas responsabilidades, se quiser um local melhor para viver”, afirmou o voluntário Fernando Pires.

Direção da AMA diz que não há verba para limpeza

Por falta de recursos, a Autarquia Municipal do Ambiente (AMA) está encontrando dificuldades para manter serviços básicos, como a limpeza de vias públicas e parques. De acordo com Sílvia Saadjan, diretora técnica do órgão, falta dinheiro para manutenção dos equipamentos utilizados na limpeza, além de veículos para transportar os varredores de rua até os locais de trabalho.

“Os equipamentos, ônibus e caminhões estão sucateados, inviabilizando o trabalho operacional, mas apesar de tantas dificuldades, nós estamos mantendo todos os serviços. Porém, só conseguimos fazê-lo dentro das possibilidades”, disse. Segundo ela, a AMA está enfrentando essa situação crítica há três meses, e são necessários cerca de R\$ 220 mil para manter o funcionamento até o final do ano.

Sobre a depreciação dos brinquedos e banheiros dos parques, Emerson Barros, diretor operacional da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo (CMTU), explicou que não há funcionários disponíveis para tomarem conta destes locais, pois a AMA transferiu os trabalhadores responsáveis pela

FALTA DE HIGIENE
Banheiros públicos em condições de uso em parques e praças são uma raridade na cidade

Fila para os únicos dois balanços que restaram no Zerão e brinquedos quebrados amontoados junto ao lixo no Bosque: falta de zelo

ONG arrecada material e vai revitalizar quadras do Zerão

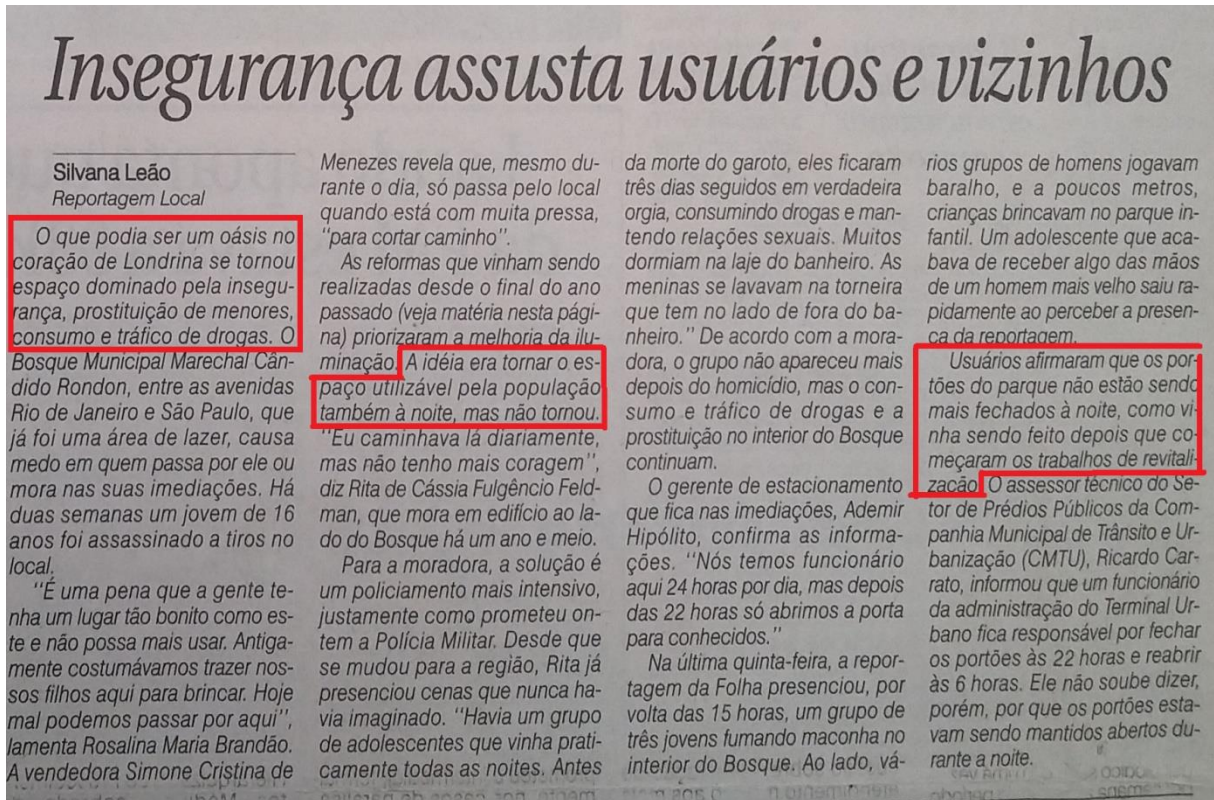
Camarins da Concha Acústica do Zerão tiveram as portas arrombadas e estão sem condições de uso

Fonte: (AVANSINI, 2000)

Como vemos nesta notícia havia várias áreas públicas de Londrina abandonadas sem quaisquer amparos municipais. Questões como sujeira acumulada, ausência de limpeza pública, ambulantes pelas ruas e a falta de zelo nas praças e vias públicas estariam contribuindo para um ambiente insalubre e abrigo para consumidores de drogas ilícitas. Demais usuários reclamavam da falta de segurança no Bosque.

“[...] No Bosque e no Zerão, localizados na região central a reportagem da **Folha** identificou brinquedos quebrados, falta de banheiros e depredação de patrimônio público. Os usuários reclamam também de falta de segurança [...] [transeuntes contaram] que evitam passar pelo Bosque, temendo assaltos.” (AVANSINI, 2000).

Figura 15 – “Insegurança assusta usuários e vizinhos”.



Fonte: (LEÃO, 2005)

O local de lazer teria se tornado local de ilicitude. As intervenções, que visavam minar o medo e a insegurança da vizinhança e dos usuários, não estavam sendo realizadas com êxito. A falta de manutenções regulares no Bosque também favorecia o quadro.

Os problemas urbanos não devem ser considerados como fatores isolados de uma conjuntura, sendo mais um reflexo das transformações urbanas do macrossocial. Para a micro-história, não existe **hiato** entre história local e global, pois um mesmo indivíduo está inserido em várias microrrelações que se encaixam no macro (REVEL, 1998, p.22-23). O bosque, no seu microssocial, não deixa escapar suas próprias identidades pelas experiências sociais ali vividas:

[...] É preciso considerar que o caráter problemático da cidade não está nela (ao menos como forma especial de assentamento), mas na sociedade que a institui e opera, no tipo de relações que os homens estabeleceram entre si [...]. (MENESES, 2004. p. 276).

Figura 16 – “Revitalização do bosque”.



Fonte: (REVITALIZAÇÃO..., 2007)

Mais uma vez, como está demarcado na Figura 16, “o objetivo da revitalização é facilitar o acesso para que a população possa utilizar o parque e a quadra do local. [...] O objetivo é que a população retome aquele espaço, com mais segurança e atividades [...]”. (REVITALIZAÇÃO..., 2007). Notamos que, naquele momento, segundo o diretor de Operações da CMTU, Fábio Reali, pretende-se “[...] trazer de volta a população para dentro do bosque [...] [realizando] atrações culturais e esportivas, em parceria com a Secretaria de Cultura e Fundação de Esportes de Londrina”. (REVITALIZAÇÃO..., 2007). Esta percepção da necessidade de contar com o apoio da comunidade para frequentar o Bosque é reafirmada, por Reali, na

entrevista ao jornal. “[...] ‘Estamos realizando uma mudança de concepção para abrir a área para toda a comunidade e retirar os criminosos do local’ [...]”. (REALI, 2007 apud (REVITALIZAÇÃO..., 2007).

Em novembro de 2011, a integridade do Bosque é novamente colocada em risco. O mobiliário foi retirado do lugar e máquinas da prefeitura derrubaram a maioria das árvores do Zerinho. Isso porque o prefeito (na época) Barbosa Neto tentou reabrir o Bosque para o trânsito de veículos. Mas a intenção foi barrada por uma ação judicial movida pela ONG ambiental Mae, que contou com forte apoio da opinião pública e outros órgãos públicos, pois não havia licença do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) nem Estudo de Impacto da Vizinhança (EIV).

Resultante de Ação Civil Pública, a ordem do Tribunal da Justiça do Paraná foi de barrar as obras, pois, não tendo licenciamento ambiental para cortes de árvores, poderia causar danos irreparáveis ao meio ambiente. A Justiça de Londrina determinou que o local não poderia ser aberto por uma rua, de acordo com o impedimento do Código Ambiental de Londrina, Lei municipal nº 11.471/2012, que define o espaço como Área de Preservação Permanente (APP) e proíbe o trânsito de veículos. (PARANÁ, 2012).

Assim, para organizar o município de forma integrada diante do crescente aumento populacional, passa a ser elaborada estratégias acerca do Bosque pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), “[...] um órgão-chave na definição de inúmeras diretrizes que têm influência direta na qualidade de vida da população”. (LONDRINA, 2013)

Em conversa com a direção dos projetos de arquitetura e urbanismo do IPPUL, nos foi apresentado que as ações que o órgão gostaria de realizar vêm sendo barradas pela SEMA, incluindo a proibição de carros no local. Também nos foi informado que o Instituto não dispõe de alguns profissionais de outras áreas que poderiam contribuir com outras necessidades.

Novamente, em meados de 2017, iniciaram-se novas intervenções no Bosque com ações voltadas à limpeza, conservação, adequações e reformas de sua estrutura. Estas ações estão sendo promovidas por meio da Prefeitura do município e gestadas por diferentes agentes, como o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), a Secretaria Municipal do Ambiente (SEMA), a Secretaria de Obras e Pavimentação e Defesa Social, a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), Sercomtel, Fundação de Esportes de Londrina

(FEL), Companhia de Habitação de Londrina (COHAB) e Programa Londrina Mais. Neste cenário, integrantes da SEMA gerenciaram, conforme explicou a secretária do Ambiente, Roberta Queiroz, o plantio de 2.000 mudas de plantas ornamentais no Bosque com a intenção de deixar a cidade de Londrina “[...] mais bonita e atrativa, especialmente para promovermos a ocupação dos espaços públicos e a promoção do exercício da cidadania e o cuidado com a cidade.”

Conforme análise historiográfica e relatos no IPPUL, notamos que as propostas de intervenções vêm sendo estabelecidas dentro do escritório, sem um “trabalho de campo” ou uma “investigação”, ou em união com outras instituições de modo a dar corpo mais funcional às intervenções. Também, com os resultados das leituras sobre as apropriações do Bosque, percebemos que ainda enfrentam-se os mesmos problemas por meio dos quais o Bosque foi estigmatizado como “problema urbano”, muito embora a área continue recebendo novos projetos de revitalizações por novas gestões municipais.

A “mudança de concepção”, sobre a qual Reali falou ao jornal Folha Norte de Londrina (REVITALIZAÇÃO..., 2007), dialoga com as premissas que consideramos - acerca da necessidade de contar com o apoio da comunidade para frequentar a área. O local foi muito frequentado desde sua fundação e foi palco para encontros familiares e religiosos, eventos esportivos e manifestações políticas, contudo, mantém-se forte caráter identitário. Uma das motivações que nos levaram às narrativas sobre este espaço se refere ao papel de colaborarmos para conscientização da comunidade, problematizando medidas necessárias para a convivência naquele espaço.

Devemos começar a aventurar-nos nós mesmos no mundo real, ainda que modestamente. A maneira de decifrar o que ocorre no comportamento aparentemente misterioso e indomável das cidades é [...] observar mais de perto, com o mínimo de expectativas possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns, tentar entender o que significam e ver se surgem explicitações entre elas. (JACOBS, 2011, p. 13).

Supomos que as mudanças de hábitos de vivenciar a cidade (no BMCR) tenham sido grandemente modificadas durante os quase 20 anos em que o Bosque sediou o terminal urbano. O serviço ofertado, naquele período, além de não atingir um todo do corpo social, também se transformou em local efêmero, de trânsito curto

e rápido. Não caberia aos vários projetos sequenciais de intervenções do Bosque considerá-lo como local abstraído da cidade. Seria conveniente fortalecer toda a trama econômica e social ao redor do local de lazer como um contínuo urbano.

Jacobs discorda da crença de que usos de baixo *status* são pretexto de expulsão dos usuários de alto *status*, pois não é assim que as cidades se comportam. Seria como atacar os sintomas desprezando as causas. O despovoamento de uma praça, por exemplo, pode ser causa de um uso específico e esmagadoramente predominante e ainda com imposição de horários limitados aos frequentadores. (JACOBS, 2011, p. 105-107).

Essa incapacidade da vizinhança ou do bairro de vincular-se com paixão a um parque local – e o enorme poder simbólico resultante – deve-se, penso eu, a uma **associação de fatores negativos**: primeiro, os parques que são candidatos potenciais têm a desvantagem da diversidade de usos insuficiente na vizinhança próxima; segundo, a diversidade e a vida que existam são dispersadas e dissipadas entre muitos parques com características bastante similares. [...] Certos traços do projeto também podem fazer a diferença. Se o objetivo de um parque é atrair um maior número de pessoas, com os mais variados horários, interesses e propósitos, é claro que o projeto do parque deve promover essa generalização de frequência, em vez de atuar em sentido contrário. [...]. Se [a praça, o parque] cada um de seus segmentos for igual aos outros e transmitir a mesma sensação em todos os lugares, o parque será pouco estimulante para usos estados de espírito diversificado. Nem havendo motivo para frequentá-lo várias vezes. (JACOBS, 2011, p. 112-113, grifo nosso).

3.1 CULTURA URBANA: GERADORA DE DIVERSIDADE

Fala-se muito em democratização, em socialização da cultura, mas muito pouco é feito” (SANTOS, 2004, p. 22)²¹

Um parque mal sucedido, às vezes, possui vários fatores que o descaracterizam, como o fato de ser um terreno muito grande, porém sem atratividades, sem mobiliários, excesso ou falta de clareza, falta de estrutura para necessidades básicas - banheiro e água potável, por exemplo -, estabelecido em área descentralizada ou inacessível. Segundo Jacobs (2011), para um parque

²¹Baseado na palestra proferida durante o painel “Os museus na cidade e as cidades no museu: desafios contemporâneos”, em 13/10/2003.

público problemático ser recuperado, passando a atrair pessoas, é indispensável a promoção de “artigos de primeira necessidade”. (JACOBS, 2011, p. 117).

Só a vivência e a tentativa e o erro podem indicar que combinações variadas de atividades realmente operem como artigos de primeira necessidade em qualquer parque problemático. [...] vista magnífica e paisagismo bonito não funcionam como artigos de primeira necessidade; talvez ‘devessem’, mas evidentemente não funcionam. Podem funcionar apenas como complemento [...]. (JACOBS, 2011, p. 119)

Jacobs elucida que os elementos de primeira necessidade são pouco utilizados em praças, tais como festas e atividades culturais, música (mesmo não sendo ao vivo), peças de teatro, etc. Sugere que as universidades, dotadas de saberes específicos, cultivem tais políticas. Recomenda também inúmeras práticas de acordo com a cultura, aspectos climáticos e ambientais de cada região, como, por exemplo, a implementação de oficinas para manutenção de bicicletas e locação delas, oficinas de produção de pipas, comércio que possa vender estes artigos, quadras de esporte, casas de sucos e chás, escolas de artes em geral, confeitarias, floriculturas, bancas de jornal e revistas, associações, lojas diversas.

Os parques urbanos não são abstrações ou repositórios automáticos de virtudes ou avanços, assim como as calçadas não são abstrações. Elas nada significam se forem divorciadas de seus usos reais, concretos – boas ou más – dos bairros e dos usos que os afetam. [...] (JACOBS, 2011, p. 121).

Características como vazio, desuso ou mau uso de praças poderiam ser modificadas com geradores de diversidade: boa infraestrutura da cidade no entorno, quadras curtas para que haja mais oportunidade de virar as esquinas, edifícios com variados estados de conservação e idades, de modo a gerar rendimento econômico variado e densidade de pessoas para quaisquer propósitos, incluindo moradores da região. (JACOBS, 2011, p. 165).

A busca inicial para resoluções das causas dos sintomas seria identificar qual é o tipo de problema atribuído à cidade em estudo, pois problemas urbanos não podem ser analisados da mesma maneira para qualquer cidade ou lugar. Assim, os problemas não seriam vistos com simplicidade e nem com complexidade desorganizada.

Valendo-nos das teorias de Jacobs, verticalizamos os “problemas urbanos” que são remetidos ao Bosque nas diversas fontes e narrativas junto com o macro fenômeno (a urbanização complexa e dinâmica das cidades) assumindo haver inúmeras situações sutilmente inter-relacionadas entre eles (e, por isto, o olhar atento ao microssocial do objeto em discussão). Deste modo, fazendo uma compreensão dos problemas urbanos, portanto, de “complexidade organizada”.

O BMCR, inserido na cidade junto aos seus “problemas urbanos de complexidade organizada”, tem uma característica importante para as possíveis resolutivas: o fato de estar situado em região central e lugar de destaque na cidade. A localização e o traçado são pontos favoráveis, em relação à multiplicidade de motivos que as pessoas teriam para frequentá-lo mais diversificadamente.

Vemos um contínuo de ações municipais desde a existência do jardim-bosque na tentativa de fazer cumprir as inscrições dos planejadores urbanos. Não estamos falando aqui sobre a eficiência ou não nas promoções destas intervenções, nem se as tentativas são equivocadas ou não. Referimo-nos sobre a importância da promoção do cuidado com a cidade, incluindo o Bosque, com um olhar de se fazer valer uma ocupação diversificada – composta pelos extratos heterogêneos que somos enquanto seres culturais.

Maria Emanuella Panchoni (2007), em sua dissertação de mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento, seguiu um critério de análise chamado “grau de caráter”²² para validar a qualidade de alguns espaços públicos de Londrina tendo em vista a importância deles na vida do homem em ambiente urbano.

Sendo o espaço público “multidimensional, fundamental para as relações humanas, recebendo e incentivado a diversidade e vivência social e servindo de suporte ao exercício da cidadania” (PANCHONI, 2007, p. 31), Panchoni leva em conta a precária manutenção das praças analisadas e a falta de preservação histórica. As quatorze praças passaram pelo crivo de dez categorias que resultaram no “grau de análise”, sendo elas: primeira impressão, relevo, acessos e circulação interna, vegetação, mobiliários, vistas, escala, história e significado da praça, história e significado visual do entorno, e apropriação pela comunidade. As praças foram escolhidas pela pesquisadora por terem sido oficializadas há mais de 50 anos pela

²²Panchoni fez uma síntese da qualidade dos espaços públicos. Dessa síntese foram elencados seis itens: acessibilidade, diversidade, legibilidade, adaptabilidade, continuidade e fechamento, e caráter.

Lei nº. 216/53, embora seus espaços tenham se configurado em tempos distintos. Segundo ela, o tipo de avaliação permite, mesmo ao leigo, identificar as qualidades e deficiências dos lugares postos à prova, servindo também para orientar políticas públicas de preservação e fortalecimento da identidade da cidade (PANCHONI, 2007, p. 18) que resultam em maior frequência de uso.

Do resultado, por meio de pontuação convertida em gráfico, demonstrou-se que, dentre as quatorze praças, apenas quatro apresentaram “forte caráter”. As que mais pontuaram foram as praças do centro antigo de Londrina, todas no entorno do BMCR. A dissertação contém detalhes de fatores estruturais e identitários daqueles locais. Ainda que tenham sido elegidas pelo “grau de caráter” elas passam por desgastes, portanto, necessitando de atenção às preservações:

Itens como a falta de manutenção, preservação e segurança das praças, ainda que não tenham sido diretamente avaliados nesta pesquisa, são questões bastante relevantes quando se trata da atividade e frequência do espaço público. A falta de devido cuidado com estes detalhes, maioria das vezes é a causa da não frequência das praças. Também pode significar a perda de seu caráter. (PANCHONI, 2007, p. 161).

O papel do museu de cidade “[...] no confronto com órgãos de pesquisa urbana, preservação, planejamento etc” (MENESES, 2004, p. 279) é de oportunizar nele mesmo os debates sobre os problemas e projetos da cidade, de caráter oficial ou não. Tendo como objetivo prioritário “propiciar aos habitantes a tomada de consciência da cidade e o aprofundamento permanente desta consciência”. (MENESES, 2004, p. 279).

Jacobs, que foi também ativista política, formada em Geologia, Zoologia, Direito, Ciências Políticas e Economia, discorrendo sobre a natureza peculiar das cidades em “Morte e vida de grandes cidades” (2011) nos fornece base para avaliar as cidades e tecer crítica aos projetos urbanos, “[...] cujo principal problema do planejamento [no que tange a parques] resume-se ao problema de alimentar a vizinhança diversificada capaz de utilizá-los e mantê-los” (JACOBS, 2011, p. 110).

Quanto mais a cidade conseguir mesclar a diversidade de usos e usuários do dia-a-dia nas ruas, mais a população conseguirá animar e sustentar com sucesso e naturalidade (e também economicamente) os parques bem localizados, que assim poderão

dar em troca à vizinhança prazer e alegria, em vez de sensação de vazio. (JACOBS, 2011, p. 121).

Para além da compreensão da cidade como artefato, as ações praticadas e representadas em seu meio (coletivas e individuais) são as que dão sentido à cidade. Mas, quais espaços da cidade nós temos observado e vivenciado? Nosso olhar sobre estes espaços são os que os definem? O descaso também elucida um significado? Levantamos estas indagações para pensarmos em como vivemos a cidade e como seus processos de construção não possuem um lugar definido, mas movem-se no tempo e espaço permeados de heterogêneos significados. Estudar as cidades implica em conhecê-las pela experiência do viver nelas.

Bosques, jardins, praças, ruas são designados para o cidadão e significados pelos cidadãos, bem como ocupados ou não. À medida que os acontecimentos nas cidades vão conduzindo os processos históricos em várias camadas sobrepostas, os primeiros fatos já apresentam novos significados. As práticas dos habitantes dão forma ao espaço, assim como dão sentido, definição e direção ao agir humano.

Argan nos alerta que “Não se pode pretender que o ambiente da vida contemporânea permaneça idêntico ao do passado [...], nem tampouco que se bloqueie o processo natural de envelhecimento e desagregação das coisas [...]” (ARGAN, 1998, p. 88). Mas, podemos, em um processo inteligível dentro de uma perspectiva histórica, estabelecer metodologias que identifiquem os conceitos de valor à cidade estabelecendo uma relação positiva entre indivíduo e ambiente urbano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BMCR passou por reformulações ao longo de sua existência. A cada intervenção, elas ocorreriam não só na sua estrutura física, mas também no modo como a população usufruía do Bosque. Ainda que os projetos de urbanismo tenham sido elaborados para o benefício e ocupação de usuários, nem sempre estes objetivos foram atingidos. Procuramos demarcar o papel do “ator município” na gestão do espaço e as ressignificações pela população, assim como as motivações que levaram a área de lazer a um espaço memorável, mas também conhecido, em alguns momentos, como problema urbano.

Ao longo de sua história, o Bosque não deixou de ter frequentadores, no entanto, aspectos relacionados à falta de manutenção da estrutura básica e aos cuidados com a natureza foram os pontos de maior ênfase para depreciação do espaço público.

Políticas de intervenções foram sendo adotadas conforme as transições das gestões políticas da PML e a explosão do crescimento urbano, muito motivado pela agricultura cafeeira e as projeções das vendas de terras do Norte do Paraná. O estudo do Urbanismo, em plena ascensão no Brasil, desde a década de 1920, começa a ser aplicado em Londrina por meio do projeto de urbanização da cidade, o primeiro a regulamentar o solo urbano dali e que foi sancionado e convertido em lei (Lei nº. 133/51.).

Na reconstrução da historiografia do Bosque verificou-se uma idealização sobre ele no que se refere à preservação da vegetação em meio às construções lá realizadas. Outras intervenções aconteceram, até que decidiu-se pela criação de um terminal de ônibus na parte central dividindo o Bosque em duas áreas. Uma vez que o desgaste e a desatenção com as conservações vinham sendo constantes, com a saída do terminal, o espaço público ficou ainda mais deteriorado.

Para as compreensões atingidas nesta pesquisa, contamos com historiografia que perpassou áreas distintas de saberes, o que permitiu a construção da história do Bosque, juntamente com notícias do dia a dia publicadas em jornais e fotografias, muito embora tenham ocorrido tentativas frustradas em relação a informações que elucidassem aspectos da implementação do Terminal Urbano de Londrina no Bosque. Instituições públicas como IPPUL, a Secretaria de Obras e Pavimentação da Prefeitura, a CMTU e Diretoria de Transportes de Londrina nada

tiveram a oferecer para esclarecimentos deste acontecimento. De todo modo, os resultados da empreitada sobre o terminal foram definidores para a mudança das funções de uso durante e após as duas décadas em que o Bosque abrigou o terminal, causando um conseqüente esvaziamento a partir das crescentes “interferências”, também advindas do fenômeno da urbanização.

Sabendo-se que o Bosque já possuía caráter de patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade de Londrina, em parte, os métodos dos agentes públicos comprometeram a fruição da área. Há de se considerar que as problemáticas que envolvem o Bosque são as das sociedades como um todo que operam sobre as cidades urbanas. Esta compreensão é fundamental para sobrevivência das áreas públicas. Aliás, o ponto da diversidade urbana é de grande significância para os usos da área de lazer. Quanto mais opções de atividades tiverem, mais funções de uso terão para os cidadãos. Quanto mais diversificava a cultura urbana na cidade, portanto, também no microsocial do Bosque.

Para tanto, observou-se a necessária atenção municipal quanto à conservação e limpeza, aspectos fundamentais para frequência de uso das áreas públicas de lazer. Levantou-se também ser conveniente criar ou reforçar contínuos urbanos no entorno de parques públicos, fomentando a economia e sociabilidade à sua volta.

Visto que consideramos o BMCR como um “museu de cidade” (MENESES, 2004), ele próprio é alavanca na inserção de cultura para os habitantes. As práticas dos habitantes dão forma ao espaço, assim como dão sentido, definição e direção ao agir humano. Portanto, longe de termos a intenção de esgotar o assunto, buscamos mesmo abrir a discussão, colaborando para conscientização da comunidade sobre as representações do Bosque e situações das convivências naquele espaço.

Tendo o BMCR como objeto, pensamos que as elucidações levantadas nesta dissertação, a respeito das proposições de JACOBS (2011), em “Morte e vida de grande cidade”, seja uma referência que muito tem a contribuir para o campo dos estudos urbanos. As cidades contêm problemas de complexidade organizada, problemas que estão inter-relacionados num todo orgânico. Se as teorias dos planejamentos urbanos forem circunscritas apenas a uma área (microsocial) dissociada de um todo (macrossocial) podem não resolver as equações intrincadas,

demandando um estudo detalhado e exaustivo para compreensão dos processos de causa e efeito e direção a ser tomada.

REFERÊNCIAS

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960**. 1991. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes; ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de. **Memória e cotidiano do Bosque**. Londrina: Eduel, 2007

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Entre o mito e a técnica: representações de natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934 – 1944)**. 2006. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O Paraíso entre luzes e sombras: representações da natureza em fontes fotográficas (Londrina, 1934-1944)**. Londrina: Eduel, 2014.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Pier Luigi Cabra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARGUS. Ronda pela cidade. **Folha de Londrina**, Londrina, ano IX, n. 1.141, 19 de abr de 1955. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

ARIAS NETO, José M. **O Eldorado: representações da política em Londrina - 1930-1975**. Londrina: UEL, 1998.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ASARI, Alice.Yatiyo; TUMA, M. Magda. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina**. Documento-Consulta. Londrina: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

AVANSINI, Carolina. Descaso. Áreas públicas de Londrina estão abandonadas. **Folha de Londrina**, Londrina, 21 dez, 2000. Caderno Cidades. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1977.

BONI, Paulo César; UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Transformações urbanas: a Londrina da década de 1950 pelas fotografias de Oswaldo Leite**. Londrina: EDUEL, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. **Politéia: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

CANDOTI, Eliane Aparecida. **Memórias da cidade: Londrina 1930/1960.** Londrina, 1997. Monografia (especialização em História) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1997.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 1975. 322 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo 1917/ 1940).** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CASTRO, R. A. A.. **O Cotidiano e a Cidade: Práticas, Papéis e Representações Femininas em Londrina (1930-1960).** 1994. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994.

COELHO, Anderson. Um bosque cheio de histórias. **Folha de Londrina,** Londrina, 16 set. 2015. Cadernos especiais. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (org.). **Conceitos chave de museologia.** Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders: a sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

FROZONI, Fernanda Cequalini. **Bosque Marechal Cândido Rondon (1950-1970): referência e patrimônio londrinense?.** 2010. 96 f. Monografia (Especialização em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

FROZONI, Fernanda Cequalini. **Retratos do crescimento urbano: fotografias de Oswaldo Leite e a região central de Londrina (PR) na década de 1950.** 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Candido Mariano Da Silva Rondon.** 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em: 25 out. 2018.

HEDLER, Ana Paula. **Rotatórias e locais públicos de Londrina recebem flores.** 2017. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28168:rotatorias-e-locais-publicos-de-londrina-recebem-flores&catid=108:destaques. Acesso em: 05 maio 2018.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1939/1940**. 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

KOSSOY, Boris. **Os tempos da fotografia**. O efêmero e o perpétuo. 3 ed. Cotia: Ateliê editorial, 2014.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. v. 1.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LEÃO, Silvana. Insegurança assusta usuários e vizinhos. **Folha de Londrina**, Londrina, p. 3, 20 abr 2005. Caderno Cidades. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

LEITE, Oswaldo. [sem título]. [195-]. 9 fotografias. Acervo Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”.

LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da Memória**: o Museu Histórico de Londrina – 1959- 2000. 276f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

LEME, Edson José Holtz. **Noites ilícitas**: histórias e memórias da prostituição. 2 ed. Londrina: EDUEL, 2009

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. *In*: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escalas**: A experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 77-102.

LIMA, Fausto Carmelo de. **Prestes Maia em Londrina**: moderno em que sentido?. 279f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LONDRINA, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina. **Quem somos**. Londrina, 2013. Disponível em: <http://ippul.londrina.pr.gov.br/index.php/quem-somos.html>. Acesso em: 29 nov. 2017.

LONDRINA. Decreto-lei nº 133, de 27 de dezembro de 1951. Dispõem sobre arruamentos, loteamentos, zoneamentos dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Londrina, PR., n. 2, p. 155-201, fev. 1952.

LONDRINA. Prefeitura Municipal de Londrina. **Prefeitura apresenta projeto de revitalização do Bosque Central**. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13555

%3Aprefeitura-apresenta-projeto-de-revitalizacao-do-bosque-central&catid=108%3Adestaques&Itemid=1. Acesso em 16 maio 2018.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. **A cidade**. Londrina, 2016. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1251&Itemid=4 . Acesso em: 05 set. 2017.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanez. (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. *In*: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; CÊÇA, Guimarães. (org.). **Livro do Seminário Internacional “Museus e cidades”**. Rio de Janeiro: Museu de Histórico Nacional, 2004. p. 255-281.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu na cidade X A cidade no museu. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo, v.5, n.8/9, p. 197-205, set. 1984 - abr. 1985.

MONTEIRO, Nilson. O bosque, um pulmão sendo asfixiado. **Folha de Londrina**, Londrina, v. 26, p. 3, 28 nov., 1973. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. Coleção **Prefeitura Municipal de Londrina**. [Autoria de Oswaldo Leite], Londrina, [195-].

NEY, Walter. **Tempos de infância**. Londrina: Editora Banca Leia, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Puc-São Paulo, (10), dez. 1993.

O BOSQUE cada vez mais violentado. **Panorama**, Londrina. 21 set., 1975. p.6. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

PANCHONI, Maria. Emanuella. **O Caráter de espaços históricos: avaliação das praças de Londrina PR**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

PARANÁ. Tribunal de Justiça (11ª vara civil). 2012. Processo n. 8733319PR 873331-9. **Ação civil pública ambiental**. Apelada: Município de Londrina, Apelante: Mae Meio Ambiente. Disponível em: <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21832224/8733319-pr-873331-9-acordao-tjpr/inteiro-teor-21832225?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 maio 2018.

PAULA, Zueleide Casagrande de. **A Cidade e os Jardins: Jardim América, de projeto urbano a monumento patrimonial (1915-1986)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Doação do objeto: o museu no ensino de história**. Argos, 2004.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. *In*: REVEL, Jacques. (org.) **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

REVITALIZAÇÃO do bosque. **Folha Norte de Londrina**, Londrina, 09 a 15 jun., 2007. Caderno Cidade. [Museu Histórico de Londrina “Pe. Carlos Weiss”].

ROLIM, R. C. **O Policiamento e a ordem**: repressão e violência (1948-1962). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1996.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. O Museu na arquitetura da cidade: cultura urbana, história e representação. *In*: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; CÊÇA, Guimarães. (org.). **Livro do Seminário Internacional “Museus e cidades”**. Rio de Janeiro: Museu de Histórico Nacional, 2004. p. 11-24.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SGARIONI, Moacir. **História do Transporte Coletivo de Londrina**. Destinatário: Larissa Martins Buono. [S. l.], 8 maio. 2019. 1 mensagem eletrônica.

SILVA, Taiane Vanessa da. **A História de Londrina em foco**: apropriações da narrativa do Museu Histórico de Londrina por professoras do ensino básico (1996-2015). 2016. 124 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Curitiba. 1997. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOMMASINO, Kimiye. **A História dos Kaingáng da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – USP, São Paulo, 1995.

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. **Fotografia e documentação urbana**: as imagens de Oswaldo Leite como auxiliares na recuperação de fragmentos históricos de Londrina. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

UNFRIED, Rosana Aparecida Reineri. Índícios do olhar: a intencionalidade de Oswaldo Leite nas fotografias de Londrina da década de 1960. *In*: BONI, Paulo César; OLIVEIRA, Michel. (org.). **A fotografia na mídia impressa**. Londrina: Midiograf, 2016. p. 249-273

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da Memória**: Paisagens de Londrina. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

ANEXO

ANEXO A – “Bosque”, de Walter Ney

“Quem anda a pé pelo centro de Londrina, entre carros, buzinas e ruídos de toda ordem, não está longe do caos. De repente, como um pequeníssimo oásis, o bosque. São poucos metros. O suficiente para refrescar os ouvidos e a alma. Alguns passam por ali apenas para cortar caminho, correndo, senão perdem o negócio. Outros, com enorme gratidão, agradecem à Associação de Amigos do Bosque, que não deixou o local virar “pedra”. Sou um deles. Sem pressa, outro dia sentei-me em um dos bancos. Com o canto dos galinhos-garnisés e as crianças brincando, senti enorme saudade do famoso bosque de outros tempos. Tempos de nossa infância, em que o melhor passeio da cidade aos domingos era visitar o bosque, para brincar com as araras, os macacos e comer pipoca, com direito às gangorras do parquinho. Saudade do Chico, o mais velho e mais esperto macaco do pedaço. Que festa era visitar nosso mini-zoológico.

Cadê a bicharada? Foi substituída pelo ônibus. O bosque que virou terminal rodoviário. A cidade cresceu. O bicho-homem queria pôr “pedra” no local. Mas a turma chiou, peitou e brigou, como galinhos garnisés. Não deixaram zerar o espaço. Ao contrário, ganharam o Zerinho, que de zero nada tem.

Não temos o Chico, nem as araras, mas as galinhas, ciscando e cocorocando, alheias ao caótico burburinho urbano, em pura exaltação.”